

**ATA**

Aos oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito, nas instalações do Centro Social, Cultural e Desportivo de Silvaes, na freguesia de Silvaes, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – Domingos Bragança Salgado - e Vereadores Adelina Paula Mendes Pinto, Ricardo Jorge Castro Ribeiro da Costa, Paula Cristina dos Santos Oliveira, Fernando José Barros Pacheco Seara de Sá, Alice Sofia de Freitas Soares Ferreira Fernandes, André Guimarães Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Bruno Alberto Vieira Fernandes e Ricardo José Machado Pereira da Silva Araújo. -----

Não compareceu a Vereadora Maria Helena Teixeira de Bragança Borges Soeiro, cuja falta foi considerada justificada. -----

Secretariou a Diretora de Departamento, Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

-----ANTES DA ORDEM DO DIA-----

Pelas 10:00 horas, o Presidente da Câmara anunciou que, antes de ser dado início à reunião, iria atuar o Grupo Juvenil e Infantil de Silvaes. -----

Terminada a atuação, o Presidente da Câmara agradeceu ao Grupo Juvenil e Infantil de Silvaes pelo momento musical protagonizado que abrilhantou o início desta reunião. -----

Seguidamente, o Presidente da Câmara deu a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Silvaes, Ricardo Castro, que fez a sua intervenção lendo, em voz alta, um texto cujo teor a seguir se transcreve: “Exmo. Sr. Presidente da Câmara, Dr. Domingos Bragança, Senhoras e Senhores Vereadores, Membros da Assembleia Municipal, assessores e responsáveis técnicos municipais, Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia, membros da Assembleia de Freguesia, caros colegas Presidentes de Junta, representantes

das instituições e associações de Silvares, representantes do comércio e empresas, Silvarenses, minhas Senhoras e meus Senhores. Começo esta minha breve intervenção deixando, como não poderia deixar de ser, uma palavra de sincero agradecimento ao nosso Presidente por esta oportunidade que está a dar a Silvares, ao acreditar em nós como parceiros para a realização de tão importante evento, como é o caso desta primeira reunião de Câmara descentralizada neste mandato. Dar-lhe, ainda, os parabéns por continuar a acreditar e a promover a uma política de descentralização, indo assim ao encontro das populações, algo que eu aprecio e entendo como extremamente benéfico. Caro Presidente, acredito que hoje será um dia marcante, um dia que terá um grande impacto no futuro de Silvares, tendo em conta os projetos e investimentos que serão anunciados, sendo algo que marcará de forma indelével o rosto da nossa freguesia. Estou a falar da denominada “Nova Centralidade de Silvares” que foi projetada para a nossa freguesia há cerca de 10 anos e teve, numa primeira fase, o seu grande foco na construção do Espaço Guimarães. Pois bem, nesta fase, discute-se a consolidação e o alargamento dessa “Nova Centralidade”, através da construção de um novo polo comercial/industrial no “Monte das Teixugueiras”. A este respeito, deixe-me dizer-lhe que a freguesia de Silvares e os Silvarenses estão de braços abertos para receber este grande empreendimento que, acreditámos, irá trazer desenvolvimento e reconhecimento à nossa freguesia. Contudo, Silvares não é só a “Nova Centralidade” e gostaríamos que a restante freguesia não fosse esquecida. Entendemos que o desenvolvimento destes grandes e importantes projetos, têm de ser acompanhados com a criação de melhores condições de vida dos nossos habitantes. E falo: da garantia de uma **mobilidade sustentável** com melhoramentos nas nossas ruas com alargamentos, construção de passeios e sempre com segurança rodoviária em atenção; do melhoramento das



áreas de lazer, da construção da ecovia e de uma **preocupação ambiental**, que devem ser uma prioridade; do alargamento das redes de **gás e saneamento**; de uma revisão do PDM que permita criar uma zona de **construção de habitações** a custos controlados para jovens da freguesia, para que os nossos jovens se possam aqui fixar e constituir a sua família; da **requalificação da nossa Escola**, cujo processo está já em andamento, certamente uma obra fundamental para Silvares; Silvares, carece de uma **reorganização que permita desenvolver as suas áreas sociais**, culturais e desportivas. Falo da passagem dos serviços da Junta e CTT para a antiga escola do Casquinho e que, este edifício, seja requalificado e utilizado para os fins para o qual foi construído, implementando um centro de dia, uma creche e dotando-o de condições condignas para a prática desportiva e cultural, por isso contamos com o apoio do Município e com as forças vivas da Freguesia. Uma última palavra, para os representantes do comércio e indústria. Todos os investimentos foram, e vão continuar a ser, recebidos de braços abertos por Silvares e pelos Silvarenses. Temos o dever de apoiar e ajudar as nossas instituições a prestarem o apoio necessário à nossa população. Deixo ficar aqui, o convite e o repto para que ajudem as instituições de Silvares a realizarem **os seus, os nossos, sonhos**. Muito obrigado a todos.” -----

Finalizada a intervenção do Presidente da Junta, o Presidente da Câmara Municipal tomou a palavra começando por cumprimentar os presentes, designadamente, Ricardo Castro - Presidente da Junta de Freguesia de Silvares, José Carlos Castro – Presidente da Assembleia de Freguesia de Silvares, Lisete Veiga - Presidente do Centro Social de Silvares, Padre Samuel Villas Boas – Freguesia Silvares, Filipe Faria – Presidente da Associação de Pais da EB1/JI Teixugueira; Francisco Alves – Professor na Escola EB1/JI Teixugueira; Alunos da Escola EB1/JI Teixugueira; Filipe Marques – Chefe do

Corpo Nacional de Escutas do Agrupamento 456, Silvares, Domingos Ferreira – Chefe Tesoureiro do Corpo Nacional de Escutas do Agrupamento 456, Silvares, Manuel Freitas – Presidente da Assembleia Geral da Associação Cultural e Recreativa – Silvares com Vida, Daniel Pinto – Administrador da VITRUS, Fátima Saldanha - Presidente da Junta de Freguesia de Brito, António Gonçalves - Presidente da Junta de Freguesia de Creixomil, Manuel Mendes - Presidente da Junta de Freguesia de Fermentões, Angelino Salazar - Presidente da Junta de Freguesia de Selho S. Jorge, Paulo Abreu - Presidente da Junta de Freguesia de Candoso Santiago, Castro Antunes - Presidente da Junta de Freguesia de Azurém, Cristina Almeida - Secretária da Junta de Freguesia de Candoso S. Martinho, Lara Pinheiro – Responsável dos Recursos Humanos da Empresa Norauto SA, Maria Correia – Administradora da Empresa Guimadiesel, Lda., Manuel Dias – Gerente da Empresa Guimanos, Paulo Carvalho – Sócio da Garrafeira Silva Carvalho, Lda, Pedro Dias Ferreira – Administrador da Empresa Rodrigues & Camacho, Construção S.A., David Abreu – Gerente da Empresa Glassdrive, Joaquim Ribeiro – Gerente da Empresa Transportes Ribeiral, Lda., Luís Ferreira – Sócio Gerente da Empresa Lunartex, Lda., Francisco Teixeira - Sócio Gerente da Empresa TopsVilles Malhas e Confeção, Lda., Ricardo Machado – Sócio Gerente da Empresa Casa Coelho, equipa técnica da Câmara Municipal de Guimarães que acompanha e presta apoio à realização destas reuniões descentralizadas, jornalistas presentes, Silvarenses e Vimaranenses. Disse, ainda, que se considerassem todos os presentes saudados, caso tivesse omitido alguém. -----

Seguidamente, o Presidente da Câmara passou a palavra ao Diretor de Departamento de Urbanismo da Câmara Municipal, Arq. Filipe Fontes, que fez uma apresentação sobre o território da freguesia de Silvares, as intervenções que estão em curso, bem como as que se projetam realizar no



futuro, designadamente a requalificação do centro da freguesia, a via do Avepark, o desnivelamento da rotunda de acesso à autoestrada, a ecovia do Ave e a nova ligação entre o nó de acesso à autoestrada e o Reboto. -----

Nesta sequência, o Presidente da Câmara passou a palavra ao Diretor do Departamento de Obras Municipais, Eng.º Joaquim Carvalho, que veio fazer uma apresentação sobre duas intervenções que estão projetadas realizar, concretamente a Requalificação da Escola EB1/JI Teixugueira e o Parque de Ardão. Assim, explicou as alterações projetadas para o estabelecimento de ensino, designadamente: execução de rampas para pessoas com mobilidade reduzida, colocação de bancos no recreio da escola, adaptação de sanitário existente para pessoas com mobilidade reduzida, execução de campo de jogos em relva sintética; rede de águas pluviais enterrada, substituição de cobertura da escola incluindo isolamento térmico, pintura e proteção da cantina em relação ao uso do campo de jogos. No que respeita ao Parque de Ardão referiu a criação de um parque de estacionamento para 17 viaturas e de um edifício para sanitários e balneários de apoio, bem como de um passeio pedonal de acesso ao parque. -----

O Presidente da Câmara tomou a palavra dizendo que iria fazer, de seguida, uma síntese dos investimentos projetados para a freguesia de Silves, tratando-se de um conjunto de obras estruturantes tendo em conta que, cada vez mais, Silves se integra na própria cidade, aproximando-se de equipamentos e infraestruturas importantes tais como o Hospital Senhora da Oliveira e a Cidade Desportiva, prevendo-se a ligação da ecovia a Ardão, um projeto que pretende dar continuidade à rede ciclável do concelho, a denominada ecovia do Ave. Referiu, também, a importância de resolver o estrangulamento que se verifica na estrada de ligação de Pevidém à rotunda de Mouril, estando previsto um canal de ligação desde a rotunda do Reboto à rotunda de Mouril com atravessamento pela ecovia para humanização

deste espaço, em articulação com o desnivelamento do nó de Silves da autoestrada e a variante de ligação da rotunda de Mouril à rotunda do Pinheiro Manso. A propósito, informou da existência de acordos prévios com privados para a concretização da via de ligação da rotunda de Mouril à rotunda do Pinheiro Manso, que permitirá reperfilar a estrada nacional com execução de passeios e ecovia e colocação de mobiliário urbano. Disse, ainda, que esta obra terá em conta o projeto da via de ligação de Silves a Ponte, Taipas e Avepark, que se encontra em fase de validação pela Infraestruturas de Portugal, SA. Na sequência do que foi apresentado pelos técnicos camarários, referiu a importância da requalificação da EB1/JI Teixugueira com execução de cobertura térmica, bem como da execução de estacionamento, sanitários e balneários de apoio no Parque de Ardão. Disse concordar que as instalações do Centro Social, Cultural e Desportivo de Silves, local de realização da reunião descentralizada, carece de uma requalificação profunda, comprometendo-se a apoiar a sua execução aquando da deslocalização da sede da Junta de Freguesia de Silves para as instalações da antiga EB1 do Casquinho, junto à rotunda do Pinheiro Manso. Finalizou, referindo que todos os projetos abordados estão em fase de execução, estando também em bom ritmo o estudo que a Técnica da Câmara Municipal, Arq.^a Teresa Costa, está a desenvolver sobre a centralidade de Silves, zona envolvente à Igreja e ao Cemitério.-----

-----INTERVENÇÕES-----

1. Vereador André Coelho Lima – Depois de cumprimentar os presentes, designadamente o Presidente da Junta de Freguesia de Silves e restantes membros do executivo, Presidente e membros da Assembleia de Freguesia de Silves, a Presidente da Direção do Centro Social, Cultural e Desportivo de Silves, o Padre Samuel, o Chefe do Agrupamento de Escuteiros e todos os Presidentes de Junta de Freguesia presentes, recordou que os Vereadores



do PSD, já em 1994, haviam proposto este tipo de reuniões, o que ao tempo foi recusado, saudando a decisão de realizar estas reuniões. Disse que Silvaes, uma freguesia que em tempos esteve mais ligada a Pevidém, tem sido, por força do desenvolvimento e das vias de ligação, mais aproximada da cidade, sendo a autoestrada (2005) e a nova centralidade de Silvaes (2008) os principais impulsionadores deste crescimento. Quanto a este último, disse que pouco desse projeto foi desenvolvido, ficando-se a atuação apenas pela alteração da classificação de terrenos que passaram de solo agrícola e de reserva ecológica ambiental para terrenos de construção. Assim, disse considerar urgente a integral concretização da nova centralidade de Silvaes, nomeadamente o desnivelamento do nó de Silvaes e a ligação da rotunda de Mouril ao Pinheiro Manso. Continuou dizendo que Silvaes se enquadra num paradigma do desenvolvimento do território concelhio e da malha urbana da cidade, bem como de aproximação das populações ao centro da cidade. Congratulou-se pela execução da ligação da rotunda de Mouril à Cidade Desportiva, tanto em ciclovia como em via para tráfego automóvel, projeto proposto pela Coligação Juntos por Guimarães nas últimas eleições autárquicas, considerando que irá permitir abraçar a Veiga de Creixomil, consolidando-a, tratando-se de uma ligação natural, de fácil execução e que apoiará a mobilidade urbana nesta zona. Disse haver duas ligações importantes e que ainda não tinham sido referidas, designadamente a ligação à zona do Paraíso, em Pevidém, pelo Monte de Correlos, bem como a ligação à freguesia de Ponte, por Sendelo, nas proximidades do Parque Industrial. Terminou, dizendo que as intervenções previstas para a EB1/JI Teixugueira e para o Parque de Ardão correspondem a reivindicações antigas e que merecem a concordância da Coligação. -----

2. Vereador António Monteiro de Castro – Cumprimentou todos os presentes, designadamente o Presidente da Junta de Freguesia de Silvaes e,

na sua pessoa, todos os autarcas presentes, o Senhor Padre Samuel e todos os presentes. Referiu-se à Alteração Orçamental – distribuição de resultados do FAM (Fundo de Apoio Municipal) – que hoje é dada a conhecer ao Executivo, manifestando o seu acordo. Continuou referindo que ao tempo da criação do FAM o Presidente da Câmara manifestou muita apreensão, criticando este regime, por considerar que penalizava quem cumpria, premiando os autarcas negligentes que criaram um desequilíbrio que conduziu à rotura financeira de alguns municípios. Considerou tratar-se de uma medida importante do ponto de vista da solidariedade entre instituições/municípios, tendo presente a filosofia de que, subjacente à ajuda ao próximo, está a ajuda ao próprio, uma vez que se está a permitir que esse parceiro tenha condições para participar na comunidade, que renasça e dê um contributo no reforço da comunidade em que se integra. Disse ser também este o espírito subjacente ao Fundo Monetário Internacional (FMI), bem como ao Fundo Monetário Europeu, cuja criação poderá passar pelo Ministro das Finanças, Mário Centeno, e que terá como função auxiliar os países que entrem em incumprimento financeiro. Na altura, disse que considerava que o FAM era um investimento e, a prova disso, é que o Município de Guimarães já está a receber proveitos da distribuição de dividendos provenientes do FAM. -----

3. Vereador Ricardo Araújo – a) - Cumprimentou o Presidente da Junta de Freguesia de Silvares e todos os autarcas presentes, representantes de entidades e convidados. A propósito do contrato de urbanização celebrado em dezembro de 2008 entre a Câmara Municipal de Guimarães e os promotores imobiliários da nova centralidade de Silvares, lembrou a deliberação da Câmara Municipal de 4 de fevereiro de 2016 no sentido da execução das garantias bancárias prestadas pelos promotores privados no âmbito deste processo para realização das obras previstas, tendo



perguntado se essas garantias bancárias haviam sido executadas ou se então, como lhe pareceu no discurso do Presidente da Câmara, houve acordos com os proprietários; **b)** - Disse ter perguntado, na última reunião de Câmara, sobre alterações ocorridas na estrutura da régie-cooperativa Oficina, tendo estranhado que o Presidente da Câmara tivesse referido que não sabia da demissão de dois altos responsáveis daquela Cooperativa, inclusivamente do Dr. José Bastos, um seu anterior Vereador da Cultura no mandato anterior, quando, no final daquela reunião, fez declarações aos órgãos da comunicação social no sentido de conhecer o assunto. -----

4. Presidente da Câmara – Sobre as intervenções esclareceu: **a)** – No que respeita à intervenção do Vereador André Coelho Lima esclareceu que as apresentações dos dirigentes cumpriram exatamente as decisões políticas do Presidente da Câmara e dos Vereadores com competências delegadas nas respetivas áreas, aproveitando para esclarecer que a ligação da rotunda do Reboito à rotunda de Mouril, agora proposta, nada tem a ver com a proposta eleitoral da Coligação Juntos por Guimarães; **b)** - Disse que mantinha a opinião que a tutela dos municípios é do Governo, pelo que entende que não faz sentido que os municípios que estão em dificuldades venham socorrer-se dos municípios com saúde financeira. Reafirmou que compete ao Governo reestabelecer o equilíbrio financeiro dos municípios em dificuldades através de contratos de gestão de perda de autonomia relativa e de contratos-programa com vista à harmonia das contas municipais. Disse não fazer sentido que alguns municípios entrem em situação de dificuldade financeira e aproveem taxas mínimas de cobrança de impostos locais aos munícipes, ficando sem recursos para cumprir com as suas obrigações. Mostrou-se solidário para com as políticas de desenvolvimento, mas não para com as políticas de má governação e desleixo, esclarecendo que a Câmara Municipal de Guimarães está a receber

os juros, faltando ainda o capital investido; **c)** – Disse que o contrato de urbanização de Silves celebrado em 2008 pressupunha a concretização de expropriações que decorreram até aos anos de 2015/2016. Referiu, ainda, um conjunto de estudos para o desnivelamento do nó de Silves da autoestrada que foram, conseqüentemente, reprovados pela Infraestruturas de Portugal, SA, sendo que só em 2016/2017 foi contratualizado o referido desnivelamento no âmbito da execução da via de ligação da autoestrada ao Avepark. Acrescentou que se mantém a litigância para que o Município seja ressarcido do esforço financeiro despendido com a execução da ligação da rotunda de Mouril à Variante de Creixomil com a execução das garantias bancárias dos privados, referindo que o mesmo se passará com a execução da ligação da rotunda de Mouril à rotunda do Pinheiro Manso, informando que, neste caso, o projeto inicial de 2008 era impossível de ser executado, pelo que foi reajustado, havendo já um princípio de acordo com o projeto agora delineado. Disse esperar haver brevemente acordo definitivo para a execução desta obra por parte dos promotores privados, acrescentando que, caso contrário, a situação de litigância estender-se-á com a execução das garantias bancárias dos privados; **d)** - Sobre a Cooperativa Oficina reiterou que, quando questionado na reunião de Câmara, não tinha conhecimento do assunto e que a Vereadora Adelina Paula Pinto, também Presidente da Direção da Cooperativa, no final da reunião, lhe comunicou o que havia sucedido, e foi com base nessa informação que fez a declaração aos órgãos da comunicação social. -----

De seguida, o Presidente da Câmara pediu aos alunos da Escola EB1/JI Teixugueira que se aproximassem para, assim, colocarem as questões que entendessem. Os alunos João, Mariana, Patrícia, Margarida, Lucas, Jorge, Simão, Rodrigo Manuel, Pedro, Rita e Letícia, entre outros, colocaram diversas questões ao Presidente da Câmara designadamente: requalificação



das instalações da EB1/JI da Teixugueira; importância em cativar novos alunos, arranjo da rua da Ponte Nova; colocação de ecopontos na rua dos Moleiros; construção de um campo de futebol no Parque de Ardão; criação de um parque infantil na EB1/JI de Teixugueira; poda das árvores; construção de um parque de diversões e corte da relva. A estas questões o Presidente da Câmara esclareceu que a Escola EB1/JI de Teixugueira será requalificada no presente ano com a execução de uma cobertura e com a instalação de painéis fotovoltaicos tendo em vista a eficiência energética do edifício, prevendo-se, também, a colocação de um parque infantil e de relvado sintético para a prática desportiva. Disse, também, que o Parque do Ardão será beneficiado com parque de estacionamento, sanitários e balneários, acrescentando estar prevista a construção de instalações desportivas em Campelos, na freguesia de Ponte, para apoio ao Parque de Ardão e ao futebol de formação e futebol feminino do Vitória Sport Clube. Referiu que têm sido feitas intervenções em algumas vias da freguesia de Silves, pelo que a rua da Ponte Nova será avaliada tendo em vista uma futura intervenção. Disse que será igualmente avaliada a colocação de um ecoponto na rua dos Moleiros, bem como a possível poda de algumas árvores que o exijam. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**INFORMAÇÕES**-----

1. – Do despacho do Presidente da Câmara, datado de 11 de janeiro de 2018, que concordou com a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais: **“Reabilitação de Edifício da Antiga Fábrica Freitas e Fernandes para instalação da Universidade das Nações Unidas – S. Sebastião” – Erros e Omissões** - As listas de erros e omissões apresentadas pelos interessados ao presente procedimento foram objeto de análise por parte da DEP (Divisão de Estudos e Projetos). Nesta sequência,

foi elaborada a lista de erros e omissões que se anexa. Nos termos do n.º 5 do art. 61º do Código dos Contratos Públicos, e respetivas alterações, nomeadamente as introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de Julho, submete-se à consideração do dono da obra, representado pelo Sr. Presidente da Câmara, Dr. Domingos Bragança, a aprovação da lista de erros e omissões em anexo, considerando-se rejeitados todos os que não tenham sido expressamente aceites, devendo a mesma ser publicitada na plataforma eletrónica vortalgov, junto às peças do procedimento que se encontram patenteadas em concurso e notificados todos os interessados que as tenham adquirido. Deverão ainda os interessados ser informados que as propostas deverão ser entregues no dia 15 de janeiro de 2018 até às 17:00:00 horas e serão abertas às 10:00 horas do dia útil imediato. Se houver algum interessado que já tenha elaborado a proposta, deverá eliminá-la, iniciando uma nova tendo em conta a lista de erros e omissões atrás referida.” -----

2. Do Relatório Final relativo à empreitada designada por “Reabilitação de Edifício da Antiga Fábrica Freitas e Fernandes para instalação da Universidade das Nações Unidas – S. Sebastião”, mantendo a decisão de não adjudicação ao abrigo da alínea b) do n.º 1 do art.º 79.º do Código dos Contratos Públicos. -----

3. Do despacho do Presidente da Câmara, datado de 16 de janeiro de 2018, que concordou com a seguinte informação dos Serviços do Departamento der Obras Municipais: “Procedimento 158/17 - Percurso Pedonal no Adarve - Oliveira do Castelo - Os pedidos de esclarecimentos, necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento referido em epígrafe, foram apresentados pelos interessados tendo os mesmos sido objeto de análise por parte da Divisão de Estudos e Projetos (DEP) que, nesta sequência, elaboraram a respetiva resposta. 1º Pedido de esclarecimentos apresentado: “Somos pelo presente a solicitar as peças



desenhadas da pasta do Gradeamento e as do projeto elétrico da pasta do percurso adarve em formato dwg ou dwf.” **2º Pedido de esclarecimentos apresentado:** “Somos pelo presente a solicitar esclarecimentos relativos a: 7.2 - Fornecimento e aplicação de mil caracteres em chapa de vinil para colocação no pórtico, de acordo com peças desenhadas e caderno de encargos; inclui todos os trabalhos e materiais (acessórios), equipamentos necessários à sua boa execução, aplicação e acabamento. Na realidade são para colocar mil caracteres? Solicita-se uma peça desenhada dos caracteres a colocar em obra com a indicação da sua dimensão e tipo de letra.” **3º Pedido de esclarecimentos apresentado:** 1. Artigo 3.1 – Solicita-se uma peça desenhada onde seja possível visualizar os pilaretes para apoio/fixação da estrutura modular do passadiço em perfis de ferro HEA160. 2. Artigo 5.2 – Solicita-se uma peça desenhada com indicação do local para aplicar o lajeado, assim como qual a cor do lajeado pretendido e a sua estereotomia. 3. Artigo 5.3 – Dada a dimensão do lajeado da zona sul, 3.0 x 1.1 x 0.18 m, terá de ser uma peça única ou poderá ser várias peças. Caso possam ser várias peças, qual a dimensão pretendida. 4. Artigo 7.2 – São para aplicar mil caracteres? Qual a dimensão dos mesmos bem como qual o tipo de letra.”

RESPOSTA AOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS: **1º Pedido de esclarecimentos:** Desenhos em anexo. **2º Pedido de esclarecimentos:** Ver resposta prestada no 3.º pedido de esclarecimento, nomeadamente, o ponto 4. **3º Pedido de esclarecimentos:** 1. Ver desenho P03-Pormenor-Pormenor B (estabilidade) e desenho PE09 (arquitetura) referente ao "Adarve"; 2. Ver desenho PE07 (arquitetura) referente ao "Adarve". A localização é a entrada norte, a estereotomia está definida na peça desenhada e pretende-se granito na cor amarelo/branco, tipo dente de cavalo acabado a pico fino (segundo o instituto nacional de engenharia tecnologia e inovação, podemos considerar um granito tipo - Cinzento

Penafiel). A escolha será sujeita a aprovação de amostra da equipa projetista; 3. Considerar uma peça única; 4. Embora o texto ainda não esteja definido, devem-se considerar 1000 caracteres para colocar na entrada Sul em painel já proposto de 2.00m de comprimento e 1.90m de altura. O tipo de letra pretendido é ARIAL UNICODE MS e a altura de 3cm. Com vista à disponibilização destes esclarecimentos, na plataforma eletrónica vortalgov, nos termos do n.º 2 e 4 do art.º 50.º do Código dos Contratos Públicos, submete-se à consideração do dono da obra, representado pelo Sr. Presidente da Câmara, Dr. Domingos Bragança, a aprovação da resposta aos pedidos de esclarecimentos, para posterior aprovação, mediante ratificação, pela Câmara Municipal.” -----

4. Do despacho do Presidente da Câmara, datado de 18 de janeiro de 2018, que concordou com a seguinte informação dos Serviços de Educação: **“Renovação do Acordo de Cooperação da Educação Pré-Escolar – Ano Letivo 2017/2018** - Como é do conhecimento superior, é anualmente celebrado entre o Município de Guimarães e a DGESTE, um Acordo de Cooperação, para atribuição de apoios financeiros destinadas a assegurar o desenvolvimento das AAAP (Atividades de Animação e Apoio à Família), para as crianças matriculadas nos Jardins de Infância da rede pública. Para a renovação do Acordo de Cooperação da Educação Pré-Escolar, a vigorar de 1 de setembro de 2017 a 31 de julho de 2018, procedeu-se ao preenchimento dos mapas com o número de alunos matriculados nos Jardins de Infância da rede pública e que, no corrente ano letivo, estão a usufruir de almoço e prolongamento de horário. Assim, com base nos dados fornecidos pelos Agrupamentos de Escolas, informa-se que irão beneficiar deste tipo de apoio 50 Jardins de Infância, abrangendo um total de 1.354 crianças para almoço e prolongamento de horário, o que implica por parte da DGESTE a atribuição de uma verba mensal previsível no valor de €85.274,92. Mais se informa que



o assunto deverá ser presente a reunião de Câmara para conhecimento. Em anexo seguem os mapas que constituem o Anexo do Acordo de Cooperação, devidamente preenchidos. À consideração superior.” -----

5. Do despacho do Presidente da Câmara, datado de 30 de janeiro de 2018, de delegação de competências na sequência da nova Estrutura Orgânica do Município e da designação das chefias das novas unidades orgânicas. -----

6. Da seguinte informação: “**ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL – Distribuição de resultados do Fundo de Apoio Municipal** - Em setembro de 2017 foi-nos comunicada a deliberação tomada pela Direção Executiva do FAM (Fundo de Apoio Municipal) no sentido da distribuição de 80% dos resultados líquidos pelos detentores de capital, apurados na proporção das respetivas participações, que, no caso do Município de Guimarães, corresponde ao montante de €2.932,62, tendo sido informado, que a contabilização deste montante seria uniformizada através de nota explicativa do SATAPOCAL – Subgrupo de Apoio Técnico na Aplicação do POCAL a emitir oportunamente (**doc.1**). Em conformidade com as recomendações entretanto formuladas, (**doc.2**), procedeu-se a uma alteração orçamental, possibilitando, deste modo, a operacionalização do adequado registo daquele montante. Assim, deve ser dado conhecimento à Câmara Municipal para posterior conhecimento à Assembleia Municipal da alteração orçamental, que se anexa (**doc.3**).” Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. -----

7. Das declarações previstas no art.º 15º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, que se dão aqui por reproduzidas e ficam arquivadas em pasta anexa ao livro de atas. -----

8. Do Protocolo de Cooperação celebrado entre a Associação de Municípios do Vale do Ave e o Município de Felgueiras tendo como objeto uma atuação coordenada e integrada entre os municípios abrangidos pela bacia

hidrográfica dos rios Vizela, Bugio e Ferro. -----

9. Do despacho do Vereador Ricardo Costa, datado de 30 de janeiro de 2018, que concordou com uma informação dos Serviços da Divisão de Património Municipal relativa à alienação de um terreno municipal com a área de 50,00 m², situada no Lugar da Vinha da Portela, da freguesia de Serzedelo, pelo preço de €2.170,00. -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

CÂMARA – APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL, REALIZADA EM 25 DE JANEIRO DE 2018. Foi dispensada a leitura da ata por ter sido entregue a todos os membros do Órgão Executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

FREGUESIAS - ACORDO DE EXECUÇÃO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS FREGUESIAS EM MATÉRIA DE LIMPEZA DAS VIAS E ESPAÇOS PÚBLICOS, SARJETAS E SUMIDOUROS E DE REALIZAÇÃO DE PEQUENAS REPARAÇÕES NOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO – ANO DE 2018 – Presente a seguinte proposta: “Considerando a importância de uma prestação de serviços orientada pela qualidade e eficiência e configurada na ótica dos principais utilizadores – cidadãos, empresas e instituições, bem como a necessária consolidação de um trabalho em rede entre a Câmara Municipal e as Freguesias, norteado pela preocupação em servir os Municípios com um maior grau de eficiência nas diversas áreas de atuação, justifica-se o reforço das competências das Freguesias através de contratualização, no quadro de legislação em vigor. Estabelece o art.º 132º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, que se consideram delegadas nas juntas de freguesia um conjunto de competências, nomeadamente as referidas em epígrafe, que até à entrada em vigor daquela lei pertenciam às câmaras municipais. Nos



termos do nº 1 do art.º 133º do mesmo diploma, tais competências são transferidas através de acordos de execução entre as câmaras municipais e as juntas de freguesia. Assim, verifica-se a necessidade de se transferir, desde já, as competências em matéria de limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros e de realização de pequenas reparações nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico, previstas nas alíneas b) e e) do nº 1 do aludido art.º 132º, propõe-se, nos termos da alínea k), nº 1, do art.º 25, da alínea m), do n.º 1, do art.º 33º, alínea g), do n.º 1, do art.º 9º e alínea i), do n.º 1, do art.16º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se que a Câmara Municipal delibere submeter à aprovação da Assembleia Municipal a celebração de Acordos de Execução com as 48 Freguesias do Concelho, conforme minuta em anexo (**Doc. 1**), bem como a transferência das correspondentes verbas, no ano civil de 2018, por conta das competências a delegar, cujo valor anual atinge o montante global de €455.218,00, conforme discriminado no mapa em anexo (**Doc. 2**).” Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR MAIORIA APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Adelina Paula Pinto, Ricardo Costa, Paula Oliveira, Fernando Seara de Sá e Sofia Ferreira. Votaram contra os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Bruno Fernandes e Ricardo Araújo. -----

FREGUESIAS - FREGUESIA DE GONÇA – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – OBRAS (MOVIMENTAÇÃO TERRAS, ALVENARIAS, DRENAGENS DE ÁGUAS, PAVIMENTAÇÕES E ACESSÓRIOS) NO LARGO DE S. MATEUS, NA RUA 10 DE JUNHO E NA RUA FLORBELA ESPANCA – Presente a seguinte proposta: “A Freguesia de Gonça solicitou o apoio desta Câmara Municipal para a execução das Obras (movimentação terras, alvenarias, drenagens de águas,

pavimentações e acessórios) no Largo de S. Mateus, na Rua 10 de Junho e na Rua Florbela Espanca. Para o efeito, o Departamento de Obras Municipais efetuou o levantamento dos trabalhos a executar no local em causa, estimando-se uma despesa no valor total de **€130.069,00 (cento e trinta mil e sessenta e nove euros)**, ao qual acrescerá valor do IVA à taxa legal em vigor, de acordo com a quantificação em anexo. Assim, tendo em conta o interesse público inerente, submete-se à aprovação da Câmara Municipal e, posteriormente, da Assembleia Municipal, o apoio à **Freguesia de Gonça**, mediante a **atribuição de um subsídio no valor de €137.873,14 (cento e trinta e sete mil, oitocentos e setenta e três euros e catorze cêntimos)**, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1 do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. A ser aprovado, a verba em apreço será paga mediante a realização de autos de medição por parte do Departamento de Obras Municipais, nos termos e condições constantes da minuta do Contrato de Atribuição de Subsídio em anexo.” A minuta do Contrato de Atribuição de Subsídio dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

FREGUESIAS - FREGUESIA DE URGEZES – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – OBRAS (MOVIMENTAÇÃO TERRAS, DRENAGENS DE ÁGUAS, PAVIMENTAÇÕES, PASSEIOS E ACESSÓRIOS) NA TRAVESSA E (BAIRRO), TRAVESSA DA BREIA, RUA DA VEIGA DE BAIXO, RUA DO OUTEIRO E RUA ANTÓNIO DA COSTA GUIMARÃES – Presente a seguinte proposta: “A Freguesia de Urgezès solicitou o apoio desta Câmara Municipal para a execução das obras (movimentação terras, drenagens de águas, pavimentações, passeios e acessórios) na Travessa E (Bairro), Travessa da Breia, Rua da Veiga de Baixo, Rua do Outeiro e Rua António da Costa



Guimarães. Para o efeito, o Departamento de Obras Municipais efetuou o levantamento dos trabalhos a executar no local em causa, estimando-se uma despesa no valor total de **€61.647,97 (sessenta e um mil, seiscentos e quarenta e sete euros e noventa e sete cêntimos)**, ao qual acrescerá valor do IVA à taxa legal em vigor, de acordo com a quantificação em anexo. Assim, tendo em conta o interesse público inerente, submete-se à aprovação da Câmara Municipal e, posteriormente, da Assembleia Municipal, o apoio à **Freguesia de Urgezes**, mediante a **atribuição de um subsídio no valor de €65.346,85 (sessenta e cinco mil, trezentos e quarenta e seis euros e oitenta e cinco cêntimos)**, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1 do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. A ser aprovado, a verba em apreço será paga mediante a realização de autos de medição por parte do Departamento de Obras Municipais, nos termos e condições constantes da minuta do Contrato de Atribuição de Subsídio em anexo.” A minuta do Contrato de Atribuição de Subsídio dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

FREGUESIAS - UNIÃO DAS FREGUESIAS DE AROSA E CASTELÕES – DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS NA RUA ARMANDO RIBEIRO SILVA (AROSA) E RUA DO RIO AVE/ACESSO ÀS CHARCAS DOS TRÊS MOINHOS (CASTELÕES) – Presente a seguinte proposta: “A União de Freguesias de Arosa e Castelões solicitou o apoio desta Câmara Municipal para a execução de obras de drenagem de águas pluviais, na Rua Armando Ribeiro Silva (Arosa) e Rua do Rio Ave/acesso às Charcas dos três Moinhos (Castelões), nomeadamente a **cedência dos materiais necessários**. Na sequência do solicitado, o Departamento de Obras Municipais efetuou o levantamento dos trabalhos a executar no local em causa, estimando um investimento no

valor de €5.189,70 (Iva incluído) referente à aquisição dos materiais (tubo corrugado SN8 400). Assim, tendo em conta a natureza dos trabalhos em causa e o interesse público de que as obras referidas se revestem para a freguesia, **submete-se à aprovação** da Câmara Municipal e, posteriormente, da Assembleia Municipal, **o apoio a conceder à União de Freguesias de Arosa e Castelões, através das despesas a efetuar pela Divisão de Administração Direta, cujo montante total importa em €5.189,70 (IVA incluído), correspondente à despesa de aquisição dos materiais**, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.” **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

FREGUESIAS - UNIÃO DAS FREGUESIAS DE BRITEIROS SANTO ESTÊVÃO E DONIM – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – OBRAS DE DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS NA RUA DA PONTE, EM DONIM – Presente a seguinte proposta: “Pretende-se realizar trabalhos para a execução de **obras de drenagem de águas pluviais na Rua da Ponte, em Donim**. Para o efeito, o Departamento de Obras Municipais efetuou o levantamento dos trabalhos a executar no local em causa, estimando-se uma despesa no valor total de €4.487,44 (quatro mil, quatrocentos e oitenta e sete euros e quarenta e quatro centavos), ao qual acrescerá o valor do IVA à taxa legal em vigor, de acordo com a quantificação em anexo. Assim, tendo em conta o interesse público inerente, submete-se à aprovação da Câmara Municipal e, posteriormente, da Assembleia Municipal, o apoio à União de Freguesias de Briteiros Santo Estêvão e Donim, mediante a **atribuição de um subsídio no valor de €4.756,69 (quatro mil, setecentos e cinquenta e seis euros e sessenta e nove centavos)**, já com iva incluído, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1 do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de



12 de setembro. A ser aprovado, a verba em apreço será paga mediante a realização de autos de medição por parte do Departamento de Obras Municipais, nos termos e condições constantes da minuta do Contrato de Atribuição de Subsídio em anexo.” A minuta do Contrato de Atribuição de Subsídio dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

FREGUESIAS - UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ATÃES E RENDUFE – PAVIMENTAÇÃO EM CUBO GRANITO (PARALELO) 9x11, DA RUA DE SANTA MARIA, EM ATÃES – Presente a seguinte proposta: “A União de Freguesias de Atães e Rendufe solicitou o apoio desta Câmara Municipal para a execução da obra de pavimentação do piso, atualmente em terra, em cubo de granito (paralelos) 9 x 11, na Rua de Santa Maria (Atães), nomeadamente a **cedência dos materiais necessários**. Na sequência do solicitado, o Departamento de Obras Municipais efetuou o levantamento dos trabalhos a executar no local em causa, estimando um investimento no valor de **€4.050,00 (Iva incluído) referente à aquisição dos materiais**. Assim, tendo em conta a natureza dos trabalhos em causa e o interesse público de que as obras referidas se revestem para a freguesia, **submete-se à aprovação** da Câmara Municipal e, posteriormente, da Assembleia Municipal, **o apoio a conceder à União de Freguesias de Atães e Rendufe, através das despesas a efetuar pela Divisão de Administração Direta, cujo montante total importa em €4.050,00, correspondente à despesa de aquisição dos materiais**, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1 do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.” **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

FREGUESIAS – UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ATÃES E RENDUFE –

LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO PARA AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO DE ATÃES – Presente a seguinte proposta: “No âmbito da obra de ampliação do Cemitério de Atães, o Presidente da Junta de Freguesia solicitou o apoio da Câmara Municipal para a realização do levantamento topográfico referente àquela obra. Não existindo a possibilidade de satisfazer a necessidade de pessoal para este efeito com recurso ao atual quadro de pessoal, nem com recurso a recrutamento em tempo útil, a Divisão de Estudos e Projetos iniciou um procedimento de ajuste direto para a aquisição do levantamento topográfico em causa, no valor máximo de €700,00, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. Assim, tendo em conta a natureza dos trabalhos em causa e o interesse público inerente, proponho que a Câmara Municipal aprove submeter à Assembleia Municipal o apoio à Freguesia de Atães e Rendufe, no valor máximo de €700,00, valor referente à aquisição pela Câmara Municipal de Guimarães do levantamento topográfico para a obra de ampliação do Cemitério de Atães, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1 do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25.º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro.” **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

FREGUESIAS – UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ATÃES E RENDUFE - ALTERAÇÃO AO CONTRATO DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – ANO DE 2014 – TERCEIRA REVISÃO – Presente a seguinte proposta: “A Assembleia Municipal de Guimarães, em sessão realizada em 9 de junho de 2014, deliberou sancionar a deliberação da Câmara Municipal de Guimarães datada de 29 de maio de 2014, que aprovou a celebração de um contrato de Atribuição de Subsídio com a Freguesia de Atães e Rendufe, para a construção de um ringue polidesportivo e execução de obras no espaço de lazer junto à rua Padre João Soares, bem como a transferência de uma verba até ao limite do valor de €8.000,00. Não tendo iniciado a obra durante o ano de 2014, após



solicitação da Freguesia, a Assembleia Municipal aprovou em 27 de fevereiro de 2015, a proposta da Câmara Municipal datada de 8 de janeiro de 2015, referente à alteração do prazo de execução daquela obra, tendo sido celebrado o respetivo aditamento ao contrato, no dia 29 de abril de 2015. Em dezembro de 2015, o Presidente da Junta de Freguesia informou não ter sido possível executar as obras acima mencionados no ano de 2015, pelo que solicitou novamente a alteração do prazo daquele contrato, de forma a concluí-las até ao final do ano de 2016. O Presidente da Junta da Freguesia veio agora informar ter concluído as obras acima identificadas nos anos 2016 e 2017, pretendendo neste momento requalificar a zona envolvente do ringue desportivo e ali colocar equipamentos de fitness, solicitando autorização para a sua execução durante o ano de 2018, no âmbito daquele Contrato de Atribuição de Subsídio. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário e do órgão deliberativo, a aprovação de uma terceira revisão ao Contrato de Atribuição de Subsídio, celebrado no dia 15 de outubro de 2014, nos termos da Cláusula 9ª, alterando-se a Cláusula 1ª e 5ª da seguinte forma: “O presente contrato tem por objeto a atribuição de um subsídio à Freguesia para a requalificação da zona envolvente do ringue desportivo e colocação de equipamentos de fitness” e “O presente contrato tem início na data da sua assinatura e termina em 31 de dezembro de 2018”, conforme minuta em anexo (**Doc.1**).” A minuta do Contrato de Atribuição de Subsídio dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

FREGUESIAS – FREGUESIA DA COSTA - CONTRATO DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – ANO DE 2017 – PRIMEIRA REVISÃO – Presente a seguinte proposta: “A Assembleia Municipal de Guimarães, em sessão realizada em 26 de maio de 2017, sancionou a deliberação da Câmara Municipal de

Guimarães datada de 27 de abril de 2017, que aprovou a celebração de um Contrato de Atribuição de Subsídio com a Freguesia da Costa, para execução da obra designada por “Requalificação do edifício da antiga EB1 de Mosteiro para Centro de Dia”, com uma verba até limite do valor de €28.205,02. O Presidente da Junta da Freguesia veio informar não ter sido possível executar a obra acima identificada no ano 2017, solicitando autorização para a sua execução durante o ano de 2018. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário e do órgão deliberativo, a aprovação de uma revisão ao Contrato de Atribuição de Subsídio, celebrado no dia 5 de julho de 2017, nos termos da Cláusula 9ª, alterando-se a Cláusula 5ª da seguinte forma: “O presente contrato tem início na data da sua assinatura e termina em 31 de dezembro de 2018”, conforme minuta em anexo (**Doc.1**).” A minuta do Contrato de Atribuição de Subsídio dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR MAIORIA APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Adelina Paula Pinto, Ricardo Costa, Paula Oliveira, Fernando Seara de Sá e Sofia Ferreira. Abstiveram-se os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Bruno Fernandes e Ricardo Araújo. -----

FREGUESIAS – FREGUESIA DE INFANTAS – PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE REDE DE DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS DA RUA DO FREIXIEIRO –

Presente a seguinte proposta: “A Assembleia Municipal de Guimarães, em sessão realizada em 27 de novembro de 2017, sancionou a deliberação da Câmara Municipal de Guimarães datada de 3 de agosto de 2017, que aprovou a celebração de um Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências com a Freguesia de Infantas para a pavimentação e construção de rede de drenagem de águas pluviais da rua do Freixieiro, bem como a transferência de uma verba até ao limite do valor de €18.430,75. No



entanto, verificámos que a rua do Freixieiro não está classificada como Estrada ou Caminho Municipal, pelo que não configura uma delegação de competências. Assim, tendo em conta a natureza dos trabalhos em causa e o interesse público inerente, submete-se à Câmara Municipal e, posteriormente, da Assembleia Municipal, a revogação das deliberações acima identificadas, bem como a aprovação do apoio à Freguesia de Infantas, no valor de €18.430,75, mediante a celebração de um Contrato de Atribuição de Subsídio, destinado à pavimentação e construção de rede de drenagem de águas pluviais da Rua do Freixieiro, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1 do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro. A ser aprovado, a verba em apreço será paga mediante a realização de autos de medição por parte do Departamento de Obras Municipais, nos termos e condições constantes da minuta do Contrato de Atribuição de Subsídio, em anexo.” A minuta do Contrato de Atribuição de Subsídio dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

FREGUESIAS – UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CONDE E GANDARELA - CONTRATO DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – ANO DE 2017 – PRIMEIRA REVISÃO – Presente a seguinte proposta: “A Assembleia Municipal de Guimarães, em sessão realizada em 26 de maio de 2017, sancionou a deliberação da Câmara Municipal de Guimarães datada de 27 de abril de 2017, que aprovou a celebração de um Contrato de Atribuição de Subsídio com a Freguesia de Conde e Gandarela, para execução da obra designada por “Requalificação da zona ribeirinha da Junqueira em Parque de Lazer”, com uma verba até limite do valor de €17.312,75. O Presidente da Junta da Freguesia veio informar não ter sido possível executar a obra acima identificada no ano 2017, solicitando autorização para a sua execução

durante o ano de 2018. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário e do órgão deliberativo, a aprovação de uma revisão ao Contrato de Atribuição de Subsídio, celebrado no dia 13 de julho de 2017, nos termos da Cláusula 9ª, alterando-se a Cláusula 5ª da seguinte forma: “O presente contrato tem início na data da sua assinatura e termina em 31 de dezembro de 2018”, conforme minuta em anexo (**Doc.1**).” A minuta do Contrato de Atribuição de Subsídio dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

FREGUESIAS - FREGUESIA DE PRAZINS SANTA EUFÉMIA - CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO COMPETÊNCIAS – ANO DE 2017 –

Presente a seguinte proposta: “A Assembleia Municipal de Guimarães, em sessão realizada em 26 de maio de 2017, sancionou a deliberação da Câmara Municipal de Guimarães datada de 27 de abril de 2017, que aprovou a celebração de um Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências com a Freguesia de Prazins Santa Eufémia, para execução da obra de “Construção de Parque Infantil”, com uma verba até ao limite do valor de €4.500,00. A Presidente da Junta da Freguesia veio informar não ter sido possível executar a obra acima identificada no ano 2017, pretendendo agora concluir as obras na zona envolvente da igreja, em substituição daquela obra, solicitando autorização para a sua execução durante o ano de 2018. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário e do órgão deliberativo a revogação das deliberações acima identificadas, bem como a celebração de um Contrato de Atribuição de Subsídio para a “Requalificação da zona envolvente da Igreja”, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e ainda a transferência de uma verba até ao limite de €4.500,00, conforme minuta em anexo (**doc. 1**).” A minuta do Contrato de Atribuição de



Subsídio dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

FREGUESIAS – UNIÃO DAS FREGUESIAS DE PRAZINS SANTO TIRSO E CORVITE CONTRATO DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – ANO DE 2017 –

PRIMEIRA REVISÃO – Presente a seguinte proposta. “A Assembleia Municipal de Guimarães, em sessão realizada em 19 de janeiro de 2017, sancionou a deliberação da Câmara Municipal de Guimarães datada de 24 de fevereiro de 2017, que aprovou a celebração de um Contrato de Atribuição de Subsídio com a Freguesia de Prazins Santo Tirso e Corvite, para execução da obra designada por “Pavimentação da rua Padre António Matos, em Corvite”, com uma verba até limite do valor de €36.675,75. O Presidente da Junta da Freguesia veio informar não ter sido possível executar a obra acima identificada no ano 2017, solicitando autorização para a sua execução durante o ano de 2018. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário e do órgão deliberativo, a aprovação de uma revisão ao Contrato de Atribuição de Subsídio, celebrado no dia 11 de julho de 2017, nos termos da Cláusula 9ª, alterando-se a Cláusula 5ª da seguinte forma: “O presente contrato tem início na data da sua assinatura e termina em 31 de dezembro de 2018”, conforme minuta em anexo (**Doc.1**).” A minuta do Contrato de Atribuição de Subsídio dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

FREGUESIAS – UNIÃO DAS FREGUESIAS DE PRAZINS SANTO TIRSO E CORVITE - CONTRATO DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – ANO DE 2016 – SEGUNDA

REVISÃO – Presente a seguinte proposta: “A Assembleia Municipal de Guimarães, em sessão realizada em 23 de abril de 2016, sancionou a

deliberação da Câmara Municipal de Guimarães datada de 14 de abril de 2016, que aprovou a celebração de um Contrato de Atribuição de Subsídio com a Freguesia de Prazins Santo Tirso e Corvite, para execução da obra designada por “Requalificação do parque de lazer de Prazins Santo Tirso com construção de sanitários”, com uma verba até limite do valor de €16.559,19. O Presidente da Junta da Freguesia veio informar não ter sido possível executar a obra acima identificada nos anos 2016 e 2017, solicitando autorização para a sua execução durante o ano de 2018. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário e do órgão deliberativo, a aprovação de uma segunda revisão ao Contrato de Atribuição de Subsídio, celebrado no dia 9 de junho de 2016, nos termos da Cláusula 9ª, alterando-se a Cláusula 5ª da seguinte forma: “O presente contrato tem início na data da sua assinatura e termina em 31 de dezembro de 2018”, conforme minuta em anexo (**Doc.1**).” A minuta do Contrato de Atribuição de Subsídio dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

FREGUESIAS - UNIÃO DAS FREGUESIAS DE PRAZINS SANTO TIRSO E CORVITE – DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS NA RUA DO ISQUEIRO –

Presente a seguinte proposta: “A União de Freguesias de Prazins Santo Tirso e Corvite solicitou o apoio desta Câmara Municipal para a execução de uma obra de drenagem de águas pluviais, na Rua do Isqueiro, nomeadamente a **cedência dos materiais necessários**. Na sequência do solicitado, o Departamento de Obras Municipais efetuou o levantamento dos trabalhos a executar no local em causa, estimando um investimento no **valor de €748,93 (Iva incluído)** referente à aquisição dos materiais (tubo corrugado SN8 400 c/6,13 metros cada). Assim, tendo em conta a natureza dos trabalhos em causa e o interesse público de que as obras referidas se revestem para a



freguesia, **submete-se à aprovação** da Câmara Municipal e, posteriormente, da Assembleia Municipal, **o apoio a conceder à União das Freguesias de Prazins Santo Tirso e Corvite, através das despesas a efetuar pela Divisão de Administração Direta, cujo montante total importa em €748,093, correspondente à despesa de aquisição dos materiais**, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.” **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

FREGUESIAS – FREGUESIA DE AZURÉM - CONTINUIDADE DO PROJETO

“OFICINA DAS LETRAS” – Presente a seguinte proposta: “O projeto “Oficina das Letras” surge no concelho de Guimarães em 2017, no contexto das orientações plasmadas no Plano de Desenvolvimento Social para o Crescimento Inclusivo (2015-2020), que pressupõem o alargamento das respostas existentes, por forma a ir ao encontro das necessidades efetivas da população. Este projeto visa promover a reeducação, através do domínio da expressividade oral e escrita, combatendo o analfabetismo e a iliteracia e promovendo o enriquecimento do património cultural das pessoas com idade igual ou superior a 55 anos, com baixa escolaridade, na Comissão Social Interfreguesias (CSIF) Comunidade Solidária, que integra as freguesias de Azurém, Creixomil, Fermentões, Penselo e Silvares. Para o efeito, conta com a colaboração de um profissional da área da educação, que dinamiza um conjunto de sessões, oficinas e outras atividades junto da população-alvo. Volvido quase um ano de execução, este projeto realizou mais de 173 oficinas de leitura e escrita, com mais de 279 horas de formação dirigidas a 49 adultos/idosos. Acrescentam-se ainda as diversas oficinas recreativas e culturais desenvolvidas com o público-alvo: participação numa reportagem do programa A Praça (RTP 1), visita aos estúdios do canal televisivo referido,

pic nic, peça de teatro e visita à Biblioteca Diana Bar (Póvoa de Varzim). Reconhecida a importância das estratégias de estimulação cognitiva na prevenção e/ou diminuição da incidência de problemas demenciais, e também o carácter inovador deste projeto, que oferece respostas diversificadas para este público, numa lógica de promoção do bem-estar, da autoestima e da valorização pessoal, submete-se à aprovação da Câmara Municipal e, posteriormente, da Assembleia Municipal, a proposta de continuidade do Projeto “Oficina das Letras”, que pressupõe a transferência, a título de subsídio, do valor de €25.000,00 (vinte e cinco mil euros), correspondente ao período de 12 meses (de 13 de março de 2018 a 12 de março de 2019), à Junta de Freguesia de Azurém, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1 do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do art.º 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e de acordo com as condições e nos termos explanados na Minuta do Protocolo que se anexa. À consideração superior.”

A minuta do protocolo dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR**

SUBMETTER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

FREGUESIAS – FREGUESIA DE INFANTAS - CONTINUIDADE DO PROJETO

“CONSIGO: EQUIPAMENTOS ADAPTATIVOS E ACOMPANHAMENTO DE

PROXIMIDADE” – Presente a seguinte proposta: “Em 2016, a Câmara Municipal de Guimarães considerou pertinente a implementação do Projeto “Consigo” na Comissão Social Interfreguesias (CSIF) Sudoeste da Montanha da Penha (constituída pelas freguesias de Pinheiro e Infantas e pelas Uniões de Freguesias de Tabuadelo/ S. Faustino, Serzedo/ Calvos e Abação/ Gémeos), atendendo à necessidade de proporcionar respostas de intervenção social baseadas na promoção de condições de autonomia e de bem-estar, facilitadoras da permanência de pessoas dependentes, no seu domicílio e no seu meio familiar e social. O Projeto Consigo tem como



objetivo o acompanhamento de pessoas com necessidades especiais e dos idosos referenciados pelo programa Guimarães 65+, em contexto domiciliário, bem como providenciar, junto dos seus cuidadores, os meios necessários para esse acompanhamento (através da criação de um banco de produtos adaptativos e da introdução de procedimentos de reciclagem e/ou reutilização de equipamentos adquiridos e/ou doados ao projeto, contribuindo para a redução do impacto ambiental e para a preservação do ambiente). Para o efeito, este projeto conta com a colaboração de uma equipa multidisciplinar: uma psicóloga clínica e de saúde, uma educadora social com especialidade em adultos e um técnico para apoio administrativo e logístico. Após quase dois anos de execução deste projeto, os resultados na melhoria da qualidade de vida das pessoas que apresentam algum grau de incapacidade e dos idosos em situação de isolamento foram evidentes. Desde a entrada em vigor do regulamento de funcionamento do projeto (publicado em D.R. a 27/09/16), esta equipa já analisou 59 pedidos de apoio para equipamentos e foram cedidos 66 equipamentos. Acompanha ainda 99 idosos referenciados pelo Programa Guimarães 65+, privilegiando sempre, para o efeito, um atendimento de proximidade, através da realização de mais de 300 visitas domiciliárias. Todos estes resultados são reflexo do envolvimento dos 11 parceiros formais do projeto e da comunidade local. Considerando a pertinência deste projeto e o carácter inovador das respostas oferecidas a este público, e tendo também em linha de conta os resultados obtidos na melhoria da sua qualidade de vida, submete-se à aprovação da Câmara Municipal e, posteriormente, da Assembleia Municipal, a proposta de continuidade do Projeto “Consigo”, através da transferência, a título de subsídio, do valor de €40.000,00 (quarenta mil euros), correspondente a um período de 12 meses (de 13 de março de 2018 a 12 de março de 2019), à Junta de Freguesia de Infantas, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº 1

do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do art.º 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, de acordo com as condições e nos termos explanados na Minuta do Protocolo que se anexa. À consideração superior.” A minuta do protocolo dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

FREGUESIAS – FREGUESIA DE RONFE - CONTINUIDADE DO PROJETO “INTERVENÇÃO LOCAL: PROMOÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA” – Presente a

seguinte proposta: “O Projeto “Intervenção Local: Promoção da Qualidade de Vida”, que teve início na 1.ª edição do Orçamento Participativo, dirigido a pessoas com idade igual ou superior a 55 anos, tem como principais objetivos desenvolver estratégias de intervenção adequadas às necessidades e potencialidades individuais, prestar apoio a idosos em situação de isolamento e/ou fragilidade, promover a participação social, proporcionar proteção e segurança, maximizar o bem-estar físico, social e mental ao longo da vida e proporcionar terapia ocupacional aos idosos integrados no programa Guimarães 65+ da Comissão Social Interfreguesias (CSIF) do Oeste. Para o efeito, este projeto conta com a colaboração de uma equipa multidisciplinar: um terapeuta ocupacional, uma assistente social, uma educadora social e uma nutricionista. Volidos quase três anos de execução, esta equipa de profissionais acompanha 36 idosos sinalizados pelo programa Guimarães 65+, implementou uma universidade sénior, a Academia da Razão, que conta com a participação semanal de 102 idosos com idades compreendidas entre 55 e 82 anos, proporcionando um conjunto diversificado de atividades diárias, o que permite uma melhoria significativa na sua autonomia e qualidade de vida e um envelhecimento saudável e ativo, condições que retardam quadros de dependência e demência. Estes resultados não só refletem o trabalho e a proatividade da equipa, como o



envolvimento destes agentes ao nível da articulação interinstitucional, permitindo rentabilizar e partilhar recursos. Considerando a sua mais-valia na garantia de uma maior qualidade de vida a esta população, submete-se à aprovação da Câmara Municipal e, posteriormente, da Assembleia Municipal, a proposta de continuidade deste projeto, o que implica a transferência, a título de subsídio, do valor de €35.000,00 (trinta e cinco mil euros), correspondente a um período de 12 meses (de 13 de março de 2018 a 12 de março de 2019), para a Junta de Freguesia de Ronfe, ao abrigo do disposto na alínea c) do nº1 do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do art.º 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, de acordo com as condições e nos termos explanados na Minuta do Protocolo que se anexa. À consideração superior.” A minuta do protocolo dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

URBANISMO – CONFEÇÕES BUGALHÓS, LDA - INÍCIO DE PROCEDIMENTO DE ALTERAÇÃO DO PDM PARA EFEITOS DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE) – Presente a seguinte informação: “O Regime Extraordinário de Regularização de Atividades Económicas (RERAE) surge como uma oportunidade para que as empresas ou agentes económicos, que cumprem os requisitos do referido regime, tenha a possibilidade de regularizar, alterar ou ampliar a sua atividade, em conformidade com os Instrumentos de Gestão Territorial, Servidões administrativas e restrições de utilidade pública e/ou outras condicionantes. O RERAE, é um regime excecional e transitório (caráter excecional e temporário), que estabelece procedimentos de regularização/alteração/ampliação aplicáveis às atividades económicas, estabelecimentos e explorações industriais ou outras, descritas no respetivo

regime RERAE. Os pedidos de regularização seguiram-se numa 1ª fase, nos termos no Decreto-Lei nº 165/2014, de 5 de novembro, articulado com a Portaria nº 68/2015, de 9 de março e que posteriormente foi objeto de alteração com a extensão do âmbito e regime, através da Lei nº 21/2016, de 19 de julho, para que, numa 2ª fase, seja dado cumprimento integral ao regime jurídico setorial associado correspondente, por exemplo, à legalização das operações urbanísticas. O RERAE estabelece, com carácter extraordinário: a) O regime de regularização de estabelecimentos e explorações existentes à data da sua entrada em vigor que não disponham de título válido de instalação ou de título de exploração ou de exercício de atividade, incluindo as situações de desconformidade com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública; b) O regime a aplicar à alteração ou ampliação dos estabelecimentos ou instalações que possuam título de exploração válido e eficaz, mas cuja alteração ou ampliação não sejam compatíveis com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com servidões e restrições de utilidade pública. Desde que este regime entrou em vigor, deram entrada no Município de Guimarães vários pedidos de Regularização de Atividades Económicas, dos quais a empresa **Confeções Bugalhós, Lda.**, que obteve parecer favorável, de acordo com o estipulado pela Conferência decisória em 09/01/2017. **Confeções Bugalhós, Lda.** - Empresa têxtil especializada na produção de vestuário em malha, tem uma área total de produção de 3000 m2. A pressão da procura externa obrigou à reestruturação da empresa em termos produtivos, o que implicou a necessidade de obtenção de um maior espaço físico e a aquisição de equipamento de produção mais atualizado. Histórico do processo: 30-11-2015 - Pedido de Declaração de Interesse Público Municipal (NIPG nº67881/15). 03-12-2015 - Emissão de certidão de Interesse



Público para efeitos e âmbito do Decreto-Lei nº 165/2014, de 5 de novembro (DUPD) (NIPG nº67881/15). 23-12-2015 - Certidão de reconhecimento de interesse público nº1536/15, aprovada em Reunião de Câmara em 10/12/2015 e deliberado em Assembleia Municipal em 18/12/2015. 29-12-2015 - Início do procedimento - Entrega de documentos na CCDRN sobre o pedido de regularização de estabelecimento industrial ao abrigo do Decreto-Lei nº 165/2014, de 5 de novembro (CCDRN nº11258/15). 07-01-2016 - Regularização de unidade industrial - Decreto-Lei nº 165/2014, de 5 de novembro. Parecer da APA (ARHN.DRHL.66.2016 S005225-2016) (NIPG nº 8799/16). 02-02-2016 - RERAE - Pedido de parecer no âmbito do Regime Extraordinário de Regularização de Atividades Económicas (Decreto-Lei nº 165/2014, de 5 de novembro) relativamente a uma atividade industrial (OF_DPGU_MAM_884/2016 RERAE 1/2016) (NIPG nº7023/16). 03-02-2016 - Regularização de ampliação de unidade industrial para confeções de outro vestuário exterior em série. Parecer do ICNF - Não foram identificadas restrições aos instrumentos de gestão territorial vinculativos, no âmbito da Conservação da Natureza e Florestas (6209/2016/DCNF-N/DPAP) (NIPG nº8464/16). 11-02-2016 - Regularização ao abrigo do Decreto-Lei nº 165/2014, de 5 de novembro. Licenciamento de ampliação e Regularização da atividade industrial (Ref. ERRANN 2831/2016) (NIPG nº9270/16). 24-05-2016 - Elaboração de parecer, no âmbito do regime excecional promovido pelo Decreto-Lei nº 165/2014, 5 de novembro, para um processo em tramitação da empresa Confeções Bugalhós, Lda (DDE) (NIPG nº67881/15). 06-05-2016 - Pedido de regularização de estabelecimento industrial ao abrigo do Decreto-Lei nº 165/2014, de 5 de novembro (OF_DPGU_MAM_7218/2016 RERAE 1/2016) (NIPG nº25426/16). 20-07-2016 - Elaboração de parecer, no âmbito do regime excecional promovido pelo Decreto-Lei nº 165/2014, 5 de novembro, para um processo

em tramitação da empresa Confeções Bugalhós, Lda. (DDE) (NIPG nº67881/15). 28-09-2016 - Pedido de parecer no âmbito do RERAE (NIPG nº67881/15). 07-12-2016 - Síntese do parecer urbanístico (DUPD) (NIPG nº67881/15). 09-01-2017 - Ata da Conferência Decisória no âmbito do Decreto-Lei nº 165/2014, 5 de novembro - A CCDR-N emite parecer favorável à proposta de alteração do PDM de Guimarães, nos termos expostos no referido documento (NIPG nº67881/15). Após a deliberação final da conferência decisória, a câmara municipal deve dar início ao processo de alteração ou revisão do plano ou elaboração do instrumento de gestão territorial, nos termos do artigo 12º, do Decreto-Lei nº 165/2014, de 5 de novembro, que prevê a Adequação e suspensão dos instrumentos de gestão territorial no âmbito do RERAE. Face ao exposto, e no sentido de adequar o uso do solo existente, dever-se-á dar início ao procedimento de alteração do PDM, de acordo com o artigo 118º do RJGT (Decreto-Lei nº 80/2015, de 14 de maio) seguindo os procedimentos legais do RJGT, nomeadamente o estabelecido no artigo 119º, adequando-o ao Regime Extraordinário de Regularização de Atividades Económicas (RERAE). À consideração superior.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

PROTOCOLOS – PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO - INSTALAÇÃO NO AVEPARK DO “INSTITUTO CIDADE DE GUIMARÃES DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE MATERIAIS BIOMÉDICOS AVANÇADOS E ENGENHARIA DE TECIDOS HUMANOS” – Presente a seguinte proposta: “Foi celebrado em 11 de fevereiro de 2014 entre a Universidade do Minho e o Município de Guimarães, um Protocolo de Cooperação com vista a definir os termos da parceria para a construção e instalação pela UMinho no AvePark de uma infraestrutura State of the Art intitulada “Instituto Cidade de Guimarães de Investigação e Desenvolvimento de Materiais Biomédicos Avançados e Engenharia de Tecidos Humanos”, para apresentar junto com a



candidatura apresentada ao Aviso de Concurso SAIECT-IEC/1/2014, na Autoridade de Gestão do ON2. Em cumprimento do estabelecido naquele Protocolo, no passado dia 29 de dezembro, o MUNICÍPIO doou à UMINHO o lote n.º 4 do Parque de Ciência e Tecnologia de Guimarães- AVEPARK, com a área de 5.352 m2, devidamente registado na Conservatória dos Registos Predial, Comercial e Automóveis de Guimarães, sob o número 651/20070314 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 915. O Município desde sempre se associou ao projeto de instalação do “Instituto Cidade de Guimarães”, tendo em Novembro de 2013, assumido o compromisso de assegurar o cumprimento integral da programação temporal, física e financeira da operação, incluindo o cofinanciamento da sua instalação que viesse a ser necessário, nesse sentido o edifício a construir no âmbito desta infraestrutura será também o edifício sede do grande centro de excelência, aprovado pela União Europeia no âmbito das candidaturas TEAMING, “*The Discoveries Centre for Regenerative and Precision Medicine*”, um dos maiores centros de investigação científica baseados em Portugal. Em razão do exposto, é proposto para aprovação o presente Protocolo de Cooperação com o objetivo de instalar no AvePark o “*Instituto Cidade de Guimarães de Investigação e Desenvolvimento de Materiais Biomédicos Avançados e Engenharia de Tecidos Humanos*”. A minuta do protocolo de cooperação dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL O COMPROMISSO PLURIANUAL RESULTANTE DA ASSINATURA DO PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO, CORRESPONDENDO AO ANO DE 2018 O VALOR DE €729.000,00 E AO ANO DE 2019 O VALOR DE €486.000,00.** -----

REGULAMENTOS - REGULAMENTO DE MOBILIDADE INTERNA DOS

TRABALHADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES – Presente a seguinte proposta: “A mobilidade é um mecanismo de gestão de recursos humanos, previsto na Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de julho, que visa responder às expectativas dos trabalhadores que pretendem mudar de funções e para as quais detêm o perfil profissional adequado, numa ótica de desenvolvimento pessoal e profissional, conjugada com a satisfação de necessidades dos serviços e a garantia do bom funcionamento das unidades orgânicas. A mobilidade é também um mecanismo que permite a afetação e reafetação de recursos do mapa de pessoal, em razão da necessidade de prossecução dos objetivos das unidades orgânicas e equipas de projeto conformadas pela estrutura orgânica municipal, cuja competência é, nos termos do Decreto-Lei n.º 305/2009, 23 de outubro, do presidente da câmara municipal. A dimensão do Município de Guimarães, quer pelo número de trabalhadores, quer pela diversidade de funções, justifica a necessidade de estabelecer regras de utilização do mecanismo da mobilidade, para o que foi elaborado o presente regulamento interno, que visa regulamentar os procedimentos a observar para acesso a novas funções ou atividades, por via da mobilidade interna, introduzindo rigor e transparência aos processos e cumprindo os princípios da igualdade de oportunidades, do reconhecimento do mérito, da transparência administrativa e da imparcialidade. Por deliberação tomada em reunião de 3 de Agosto de 2017, a Câmara Municipal deu início a procedimento tendente à elaboração do regulamento de mobilidade interna de recursos humanos da Câmara Municipal de Guimarães. Foram ouvidas as associações sindicais representadas na autarquia. Nestes termos, ao abrigo do disposto na al. k) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2015, de 12 de setembro, conjugado com o artigo 75.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, submete-se à aprovação da Câmara Municipal o



Regulamento de Mobilidade Interna dos Trabalhadores do Município de Guimarães, que se apresenta em anexo à presente proposta.” O Regulamento de Mobilidade Interna dos Trabalhadores do Município de Guimarães dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

REGULAMENTOS - REGULAMENTO MUNICIPAL - INÍCIO DE PROCEDIMENTO PARA APROVAÇÃO DE UM REGULAMENTO MUNICIPAL – REGULAMENTO DE ADMISSÃO E UTILIZAÇÃO DA TECPARK - INCUBADORA MUNICIPAL DE BASE TECNOLÓGICA INSTALADA NO AVEPARK - PARQUE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GUIMARÃES – Presente a seguinte proposta: “Os serviços

da Divisão de Desenvolvimento Económico pretendem dar início ao procedimento tendente à aprovação de um Regulamento que discipline a organização e funcionamento da TecParK – Incubadora de Base Tecnológica, integrada no perímetro do Parque de Ciência e Tecnologia de Guimarães (AVEPARK), cuja gestão é da responsabilidade do Município de Guimarães. Para esse efeito, e nos termos dos art.ºs 97.º a 101.º (quanto ao procedimentos de elaboração), e art.ºs 139.º a 144.º (quanto à eficácia dos regulamentos) do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, deve ser submetida uma proposta a reunião de Câmara, para que esta delibere a abertura do procedimento tendente à elaboração daquele Regulamento e posterior aprovação pelos órgãos do Município. A publicitação da iniciativa procedimental será efetuada no sítio institucional do Município, sendo que os interessados deverão constituir-se como tal, no procedimento, no prazo de 10 dias úteis, a contar da data da publicitação de aviso no “*site*” deste Município, com vista a apresentar os seus contributos para a elaboração das alterações do mencionado Regulamento. A apresentação do contributo para a elaboração do Regulamento deve ser formalizada por escrito em requerimento dirigido

ao Presidente da Câmara.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** ----

REGULAMENTOS – PROJETO DE REGULAMENTO DO CENTRO DE RECOLHA OFICIAL DO CONCELHO DE GUIMARÃES – CRO DE GUIMARÃES – Presente a seguinte proposta: “Assumindo as responsabilidades que lhe estão cometidas por lei e interpretando o sentimento coletivo de que importa defender a higiene e saúde pública, bem como a segurança das pessoas, mas salvaguardado sempre os direitos dos animais, a Câmara Municipal de Guimarães possui uma estrutura, atualmente designada por Centro de Recolha Oficial do Concelho de Guimarães (CRO de Guimarães), de modo a responder mais adequadamente às exigências legais e possibilitando também novas valências, nomeadamente, para promover a adoção de animais. A Lei n.º 27/20016, de 23 de agosto, aprova as medidas para a modernização dos serviços municipais de veterinária, estabelecendo a proibição do abate de animais errantes como controlo da população e privilegiando a esterilização. Importa realçar que os princípios e regras ora consignadas não prejudicam o objetivo primordial que consiste em alcançar uma detenção responsável de animais, a qual constitui a efetiva solução para minorar os problemas decorrentes de sobrepopulação dos animais, em especial dos cães e gatos. Torna-se, assim, necessário garantir que são tomadas as medidas recomendadas para este efeito, as quais passam, entre outras, pela sensibilização da população para a detenção responsável, bem como a adoção de boas práticas, como a esterilização dos animais de companhia que não se destinam à reprodução. A Câmara Municipal de Guimarães deliberou, em sua reunião de 13 de abril de 2017, dar início ao procedimento tendente à aprovação do presente Regulamento, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 98.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA). No decurso do prazo estabelecido para o efeito apresentaram contribuições para a elaboração do Regulamento a CDU –



Coligação Democrática Unitária e Maria do Rosário Vilela de Oliveira Pereira, cujas exposições se encontram arquivadas no processo, que foram analisadas e recolhidos os contributos que se entendeu serem pertinentes para a redação final que se apresenta. O presente projeto de Regulamento será, ainda, objeto de apreciação pública, nos termos do artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo, mediante publicação no Diário da República. Assim, no uso do poder regulamentar conferido às autarquias locais pelo artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, e nos termos do disposto na alínea ii) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, se elaborou o presente projeto de Regulamento, que se submete a aprovação da Câmara Municipal, e posterior aprovação pela Assembleia Municipal de Guimarães, e nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º do referido Anexo I da Lei n.º 75/2013, e para os efeitos constantes da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do mesmo diploma legal.” O Regulamento do Centro de Recolha Oficial do Concelho de Guimarães (CRO de Guimarães) dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL APÓS REALIZAÇÃO DE INQUÉRITO PÚBLICO.** Os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Bruno Fernandes e Ricardo Araújo apresentaram a seguinte **declaração de voto**: A criação do Regulamento do Centro de Recolha Oficial do concelho de Guimarães – CRO de Guimarães é uma iniciativa que merece o apoio dos vereadores da coligação Juntos por Guimarães. No entanto, o documento presente para aprovação suscita-nos algumas questões, nomeadamente no que concerne ao papel a desempenhar pela Câmara Municipal de Guimarães, enquanto promotora da *“detenção responsável, bem como a adoção de boas práticas, como a esterilização dos animais de companhia que não se destinam à reprodução*

de um efetivo controlo da população.”, tal como consta do preâmbulo do referido regulamento. De facto, consideramos que, nesta proposta, existem três pontos que merecem mais atenção, nomeadamente: - no Artigo 24º., Sessão V., é referida a necessidade de realização de “ações de sensibilização da população detentora de animais para os benefícios da esterilização, quando não se trate de criadores”, contudo, julgamos dever ir-se mais além, promovendo campanhas de esterilização gratuita, de felinos e canídeos, cujos detentores se encontrem em situação de comprovada debilidade financeira; - no Artigo 26º., Capítulo III., consideramos pertinente acrescentar a disponibilidade do CRO para solicitar e/ou aceitar colaboração de pessoas/entidades que possuam conhecimento de treino canino, a fim de incutir treino básico nos cães disponíveis para adoção, promovendo uma melhor integração no meio familiar e urbano, uma vez que o sucesso de adoção, principalmente em cães jovens/adultos, está positivamente ligado ao nível de educação do cão; - finalmente, no Ponto 2. Do Artigo 26º., afigura-se-nos relevante clarificar em que moldes o CRO se encontra “disponível (...) para a realização de atividades de terapia assistida por animais, com deficientes e atividades de ocupação de tempos livres com os idosos.”, uma vez que a atividade de terapia assistida por animais carece de certificado de aptidão dos mesmos para exercer estas funções, dado que um cão de terapias assistidas tem de ser seriamente treinado e dessensibilizado para estas situações. É do conhecimento público que o stress provocado por muitas crianças, excesso de contacto físico, mau toque (mesmo que não intencional), pode provocar no animal reações de agressividade, pelo que um cão do CRO, sem qualquer treino, não deverá ser submetido a este exercício. Perante o acima exposto, e no pressuposto de que os contributos aqui apresentados serão considerados na elaboração da versão definitiva do regulamento, votamos a favor desta proposta.” -----



REGULAMENTOS – APROVAÇÃO DO REGULAMENTO DO SISTEMA DE INCENTIVOS PREVISTOS NO REGULAMENTO DA INCUBADORA DE BASE RURAL DE GUIMARÃES – Presente a seguinte proposta: “Na sequência da

aprovação, pelos dois órgãos do Município, do Regulamento da Incubadora de Base Rural de Guimarães e do Regulamento do Banco e da Bolsa de Terras de Guimarães, é agora necessário regulamentar, igualmente, o Sistema de Incentivos previsto no art.º 22.º do Regulamento da Incubadora de Base Rural de Guimarães, que estabelece que à frequência do Programa de Incubação poderá estar associado um Sistema de Incentivos que consiste na atribuição de apoio financeiro e/ou técnico aos promotores para a realização das diversas atividades de incubação, e que se rege por Regulamento próprio. Este sistema de incentivos, através da disponibilização de apoios técnicos e pecuniários para apoio a promotores de ideias de negócio de base rural nos primeiros meses de criação e lançamento da empresa, vai permitir valorizar, premiar e promover as candidaturas, os projetos e os empreendedores que venham a utilizar esta plataforma de incremento da atividade agrícola, florestal e agroalimentar no concelho de Guimarães. Vai, também, assegurar condições de igualdade de oportunidades e de inclusão social, num projeto de fomento do empreendedorismo e desenvolvimento económico. A Câmara Municipal de Guimarães deliberou, em sua reunião de 25 de maio de 2017, dar início ao procedimento tendente à aprovação de um Regulamento do Sistema de Incentivos previstos no Regulamento da Incubadora de Base Rural de Guimarães, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 98.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA). No decurso do prazo estabelecido para o efeito nenhum interessado se apresentou no processo nem foram apresentados contributos para a elaboração do Regulamento, tendo, assim, sido dispensada a sua consulta pública, nos termos do que dispõe o art.º

101.º do CPA, uma vez que se entendeu que, não tendo comparecido nenhum interessado que devesse ser ouvido em audiência dos interessados, e não justificando a natureza da matéria regulada neste Regulamento uma consulta pública, porque não afeta de modo direto e imediato direitos ou interesses legalmente protegidos dos cidadãos, antes confere direitos a potenciais interessados, a situação não tinha enquadramento legal na obrigatoriedade prevista naquele art.º 101.º. Assim, no uso do poder regulamentar conferido às autarquias locais pelo art.º 241.º da Constituição da República Portuguesa, nos termos do disposto na alínea ee) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e tendo em vista o estabelecido na alínea m) do n.º 2 do art.º 23.º do mesmo diploma legal, se elaborou o presente REGULAMENTO DO SISTEMA DE INCENTIVOS PREVISTOS NO REGULAMENTO DA INCUBADORA DE BASE RURAL, que a Câmara Municipal propõe à aprovação da Assembleia Municipal de Guimarães, nos termos da al. k) do n.º 1 do art.º 33.º do referido Anexo I da Lei n.º 75/2013, e para os efeitos constantes da al. g) do n.º 1 do art.º 25.º do mesmo diploma legal.” O Regulamento do Sistema de Incentivos previstos no Regulamento da Incubadora de Base Rural dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGUROS PARA ACIDENTES DE TRABALHO, MULTIRRISCOS PATRIMONIAIS, RESPONSABILIDADE CIVIL DA AUTARQUIA, FROTA AUTOMÓVEL E ACIDENTES PESSOAIS – REPARTIÇÃO DE ENCARGOS – Presente a seguinte proposta: “A Câmara Municipal de Guimarães vai proceder à abertura do procedimento em epígrafe. O preço contratual não deverá exceder €546.010,84, a satisfazer pelas rubricas 01030901, 020212 e 020205



(aquisições de serviços). Prevê-se que as despesas tenham a seguinte repartição de encargos: -----

Classificação Económica	Repartição de encargos	
	Ano 2018 (11 de maio a 31 de dez.)	Ano 2019 (1 de jan. a 10 de maio)
01.03.09.01	€240.383,13	€80.127,71
02.02.12	€158.328,68	€52.776,23
02.02.25	€10.796,32	€3.598,77

Aos valores acima indicados acresce IVA à taxa legal em vigor (23%)

Assim, propõe-se a submissão à Câmara Municipal de uma proposta que autorize a realização desta despesa, no montante e de acordo com a repartição de encargos acima referidos. A presente repartição de encargos deve, posteriormente, ser também aprovada pela Assembleia Municipal.”

DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA E DE VIGILÂNCIA NAS INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS DO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES – REPARTIÇÃO DE ENCARGOS – Presente a seguinte informação: “A Câmara Municipal de Guimarães vai proceder à abertura do procedimento em epígrafe. O preço contratual não deverá exceder €2.000.000,00, a satisfazer pela rubrica 020218 (aquisição de serviços). Prevê-se que as despesas tenham a seguinte repartição de encargos: -----

Classificação Económica	Repartição de encargos			
	Ano 2018 (16 abril a 31dez.)	Ano 2019 (jan. a dez.)	Ano 2020 (jan. a dez.)	Ano 2021 (1 jan. a 15 abril)
020218	472 222,22 €	666 666,67 €	666 666,67 €	194 444,44 €

Aos valores acima indicados acresce IVA à taxa legal em vigor (23%)

Assim, propõe-se a submissão à Câmara Municipal de uma proposta que autorize a realização desta despesa, no montante e de acordo com a repartição de encargos acima referidos. A presente repartição de encargos

deve, posteriormente, ser também aprovada pela Assembleia Municipal.”

DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

RECURSOS HUMANOS – RECRUTAMENTO PARA CARGOS DIRIGENTES - DESIGNAÇÃO DE JÚRI E AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO

– Presente a seguinte proposta: “A recente revisão da estrutura orgânica dos serviços municipais, que entrou em vigor a 1 de janeiro último, introduziu alterações em algumas unidades orgânicas, quer nucleares, quer flexíveis e, fruto desta reestruturação, foram também criadas novas unidades orgânicas. A gestão e coordenação destas unidades orgânicas reestruturadas ou criadas estão a ser asseguradas em regime de substituição, sendo necessário proceder à abertura dos correspondentes procedimentos concursais. Submete-se, assim, a **aprovação da Câmara Municipal**, ao abrigo do artigo 4.º do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de setembro, conjugado com o disposto no artigo 30.º da LTFP e com o disposto no artigo 12.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, conjugado com o artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, **a autorização de abertura de processo de recrutamento** dos seguintes cargos dirigentes: Diretor do Departamento de Urbanismo, Chefe da Divisão de Cultura, Chefe da Divisão de Turismo, Chefe da Divisão de Atendimento e Apoio ao Município, Chefe da Divisão de Auditoria e Qualidade, Chefe da Divisão de Desenvolvimento Económico e Chefe da Divisão de Desenvolvimento de Sistemas Inteligentes. Nos termos do disposto no artigo 13.º da referida Lei n.º 49/2012, a designação do júri de recrutamento é da competência da assembleia municipal, devendo ser composto por um presidente e dois vogais. De acordo com a mesma norma, o presidente é designado de entre personalidades de reconhecidos mérito profissional, credibilidade e integridade pessoal; os vogais são designados de entre personalidades de reconhecidos mérito profissional, credibilidade e



integridade pessoal, cuja atividade seja ou tenha sido exercida preferencialmente na área dos recursos humanos ou da administração local autárquica. Aliando os requisitos legalmente definidos, que reforçam a componente de experiência prática, com a componente teórica, em estreita ligação com as autarquias, mas também com o conhecimento e investigação que caracterizam o meio académico, **propõe-se seja submetida a aprovação da Assembleia Municipal**, nos termos do disposto no referido artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, a **seguinte composição dos júris para recrutamento de cargos dirigentes:**

Júri de recrutamento para Diretor do Departamento de Urbanismo: Presidente: Rui Vasco Gonçalves Fernandes, diretor do Departamento de Polícia Municipal; Vogais efetivos: Paulo Jorge Sousa Cruz, docente na Escola de Arquitetura da Universidade do Minho, e Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier, diretora do Departamento de Administração Geral; Vogais suplentes: Joaquim Josias Silva Almeida Antunes Carvalho, diretor do Departamento de Obras Municipais, e Domingos José Ferreira Nobre, diretor do Departamento de Cultura, Turismo e Juventude.

Júri de recrutamento para Chefe da Divisão de Cultura: Presidente: Domingos José Ferreira Nobre, diretor do Departamento de Cultura, Turismo e Juventude; Vogais efetivos: Maria Mafalda Costa Castro Ferreira Cabral, administradora da Sol do Ave, e Maria Inês de Figueiredo Dias de Sousa Ribeiro, chefe da Divisão de Recursos Humanos. Vogais suplentes: Elsa Maria Ferreira Cordeiro de Almeida, chefe da Divisão Jurídica e Anabela Gonçalves Sousa Fernandes Moreira Lima, diretora do Departamento Financeiro;

Júri de recrutamento para Chefe da Divisão de Turismo: Presidente: Domingos José Ferreira Nobre, diretor do Departamento de Cultura, Turismo e Juventude; Vogais efetivos: Maria Mafalda Costa Castro Ferreira Cabral, administradora da Sol do Ave e Maria Inês de Figueiredo Dias de Sousa Ribeiro, chefe da Divisão de Recursos Humanos. Vogais suplentes: Elsa Maria Ferreira

Cordeiro de Almeida, chefe da Divisão Jurídica e Anabela Gonçalves Sousa Fernandes Moreira Lima, diretora do Departamento Financeiro. **Júri de recrutamento para Chefe da Divisão de Atendimento e Apoio ao Município:** Presidente: Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier, diretora do Departamento de Administração Geral; Vogais efetivos: Elsa Maria Ferreira Cordeiro de Almeida, chefe da Divisão Jurídica e Maria Inês de Figueiredo Dias de Sousa Ribeiro, chefe da Divisão de Recursos Humanos. Vogais suplentes: Anabela Gonçalves Sousa Fernandes Moreira Lima, diretora do Departamento Financeiro e Domingos José Ferreira Nobre, diretor do Departamento de Cultura, Turismo e Juventude; **Júri de recrutamento para Chefe da Divisão de Auditoria e Qualidade:** Presidente: Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier, diretora do Departamento de Administração Geral; Vogais efetivos: Elsa Maria Ferreira Cordeiro de Almeida, chefe da Divisão Jurídica e Maria Inês de Figueiredo Dias de Sousa Ribeiro, chefe da Divisão de Recursos Humanos. Vogais suplentes: Anabela Gonçalves Sousa Fernandes Moreira Lima, diretora do Departamento Financeiro e Domingos José Ferreira Nobre, diretor do Departamento de Cultura, Turismo e Juventude; **Júri de recrutamento para Chefe da Divisão de Desenvolvimento Económico:** Presidente: Anabela Gonçalves Sousa Fernandes Moreira Lima, diretora do Departamento Financeiro; Vogais efetivos: Paulo Jorge Freitas de Oliveira Novais, docente no Departamento de Informática da Escola de Engenharia da Universidade do Minho e Maria Inês de Figueiredo Dias de Sousa Ribeiro, chefe da Divisão de Recursos Humanos. Vogais suplentes: Domingos José Ferreira Nobre, diretor do Departamento de Cultura, Turismo e Juventude e Elsa Maria Ferreira Cordeiro de Almeida, chefe da Divisão Jurídica; **Júri de recrutamento para Chefe da Divisão de Desenvolvimento de Sistemas Inteligentes:** Presidente: Rui Vasco Gonçalves Fernandes, diretor do Departamento de Polícia



Municipal; Vogais efetivos: Paulo Jorge Freitas de Oliveira Novais, docente no Departamento de Informática da Escola de Engenharia da Universidade do Minho e Maria Inês de Figueiredo Dias de Sousa Ribeiro, chefe da Divisão de Recursos Humanos. Vogais suplentes: Carlos Bruno Antunes Oliveira, chefe da Divisão de Sistemas de Informação e Elsa Maria Ferreira Cordeiro de Almeida, chefe da Divisão Jurídica. Os postos de trabalho estão previstos no mapa de pessoal e a respetiva despesa encontra-se inscrita no orçamento para o ano 2018, encontrando-se cabimentada pela proposta de cabimento nº 294, correspondendo-lhe a requisição externa de despesa com o compromisso nº 370.” **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR A ABERTURA DOS PROCEDIMENTOS CONCURSAIS. DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR VOTAR, NO SEU CONJUNTO, OS MEMBROS DOS JÚRIS. DELIBERADO, POR ESCRUTÍNIO SECRETO E UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL A CONSTITUIÇÃO DOS JÚRIS.** -----

RECURSOS HUMANOS – RECRUTAMENTO DE TÉCNICOS SUPERIORES – LICENCIADOS EM ARQUITETURA – Presente a seguinte proposta: “De acordo com informação do responsável pelo Departamento de Urbanismo, torna-se necessário reforçar a equipa técnica da unidade orgânica, através do recrutamento de três técnicos superiores, licenciados em arquitetura, a quem competirá, genericamente, a realização de estudos e planos urbanísticos, a execução de projetos de arquitetura, a análise técnica de estudos, projetos e planos, a representação técnica municipal, a participação na construção de estratégias e objetivos urbanísticos, a análise e elaboração de documentos, investigação urbana, apresentação de propostas e ainda a realização de vistorias. Submete-se, assim, a aprovação da Câmara Municipal, ao abrigo do artigo 4.º do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de setembro, conjugado com o disposto no artigo 30.º da LTFP, a **autorização**

para recrutamento de três técnicos superiores, licenciados em Arquitetura.

Os postos de trabalho estão previstos no mapa de pessoal e a respetiva despesa encontra-se inscrita no orçamento para o ano de 2018, encontrando-se cabimentada pela proposta de cabimento nº 294, correspondendo-lhe a requisição externa de despesa com o compromisso nº 370.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

RECURSOS HUMANOS – RECRUTAMENTO DE TÉCNICO SUPERIOR – PROTEÇÃO CIVIL – Presente a seguinte proposta: “O Departamento de

Serviços Urbanos e Ambiente tem evidenciado a necessidade de reforço da equipa técnica da área de Proteção Civil com um técnico superior, a quem competirá, genericamente, identificar, caracterizar, avaliar e planear ações de emergência, intervir em situações que requerem um conhecimento especializado e multidisciplinar, comunicar com a população e com todos os intervenientes em situação de emergência, liderar equipas, participar em ações de simulacro de entidades externas e promover planos e relatórios inerentes à função, conforme definido no mapa de pessoal para o corrente ano. Submete-se, assim, a aprovação da Câmara Municipal, ao abrigo do artigo 4.º do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de setembro, conjugado com o disposto no artigo 30.º da LTFP, a **autorização para recrutamento de um técnico superior, licenciado na área da Proteção Civil.** O posto de trabalho está previsto no mapa de pessoal e a respetiva despesa encontra-se inscrita no orçamento para o ano de 2018, encontrando-se cabimentada pela proposta de cabimento nº 294, correspondendo-lhe a requisição externa de despesa com o compromisso nº 370.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

RECURSOS HUMANOS – RECRUTAMENTO DE TÉCNICO SUPERIOR LICENCIADO EM ENFERMAGEM VETERINÁRIA – Presente a seguinte proposta: “O Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente tem vindo a



salientar a necessidade de reforço da equipa do Centro de Recolha Oficial (CRO) com um técnico superior – Enfermagem Veterinária, a quem competirá, genericamente, a execução de ações de profilaxia de parasitoses internas e externas, apoio na campanha de vacinação antirrábica, identificação eletrónica nas freguesias do concelho e no CRO, apoio nas cirurgias, execução dos tratamentos prescritos pelo médico veterinário, execução de tratamentos clínicos, colaboração nas medidas de medicina preventiva das populações animais, execução de medidas de suporte de vida dos animais acidentes recolhidos na via pública, conforme definido no mapa de pessoal para o corrente ano. Submete-se, assim, a aprovação da Câmara Municipal, ao abrigo do artigo 4.º do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de setembro, conjugado com o disposto no artigo 30.º da LTFP, a **autorização para recrutamento de um técnico superior, licenciado em enfermagem veterinária**. O posto de trabalho está previsto no mapa de pessoal e a respetiva despesa encontra-se inscrita no orçamento para o ano de 2018, encontrando-se cabimentada pela proposta de cabimento nº 294, correspondendo-lhe a requisição externa de despesa com o compromisso nº 370.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

RECURSOS HUMANOS – RECRUTAMENTO DE TÉCNICO SUPERIOR LICENCIADO EM ENGENHARIA CIVIL COM ESPECIALIZAÇÃO EM SCIE (SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIOS EM EDIFÍCIOS) – O Presidente da Câmara solicitou que este assunto fosse retirado da ordem de trabalhos para posterior clarificação, pelo que a proposta foi retirada. -----

ENTIDADES PARTICIPADAS – CONTRATO PROGRAMA COM A COOPERATIVA TURIPENHA (2018) – CONTRATO PROGRAMA COM A TURIPENHA-COOPERATIVA DE TURISMO DE INTERESSE PÚBLICO CRL, AO ABRIGO DA LEI N.º 50/2012, DE 31 DE AGOSTO, QUE REGULA A ATIVIDADE EMPRESARIAL LOCAL E O REGIME DAS PARTICIPAÇÕES LOCAIS, COM AS

ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELAS LEIS N.º S 69/2015, DE 16 DE JULHO, 7-A/2016, de 30 DE MARÇO E 42/2016, DE 28 DE DEZEMBRO - I.

ENQUADRAMENTO PRÉVIO: **1.** É, nos dias de hoje, absolutamente seguro afirmar-se que a recuperação do importante património histórico e cultural da cidade de Guimarães, fruto da concretização de várias medidas estratégicas do Município, é um marco do turismo nacional e estrangeiro. **2.** Do seu centro histórico que mereceu a classificação pela UNESCO como “Património Cultural da Humanidade”, ao Santuário da Penha, que, proporciona uma vista panorâmica ímpar sobre a cidade e é responsável pela captação de vários peregrinos e turistas, a aposta, de sucesso, do Município de Guimarães na promoção do seu património tem sido incansável e, por isso mesmo, por todos reconhecida. **3.** Promoção essa refletida em ações com repercussões diretas ao nível da procura turística. **4.** Na origem da criação da Turipenha-Cooperativa de Turismo de Interesse Público CRL, esteve a aposta, então inovadora, de promover a construção de um Teleférico que efetuasse a ligação entre a cidade e a “Montanha da Penha”, junto ao Santuário, com vista a facilitar o seu acesso, dinamizar o turismo e captar a visita de peregrinos. **5.** Volvidos cerca de vinte anos da sua inauguração, poder-se-á dizer que, não obstante todas as dificuldades na concretização daquele projeto, o Teleférico de Guimarães é parte integrante da memória turística de Guimarães e é, orgulhosamente, um dos seus “cartões de visita”. **6.** Para tal concorreu a atuação da Turipenha-Cooperativa de Turismo de Interesse Público CRL que, a par das recomendações do seu Cooperante Público, encetou todas as diligências necessárias para viabilizar a exploração daquele equipamento. **7.** Em resultado, a exploração do Teleférico de Guimarães é hoje autossustentável, capaz de gerar receitas suficientes para cobrir os seus encargos correntes de manutenção, tendo, assim, vindo a ser cumprido, na íntegra, o escopo social



da Cooperativa vertido na alínea a) do artigo 3.º dos seus Estatutos, “*a construção e a exploração do Teleférico da Penha*”. **8.** A par da concretização desse desígnio social, a Cooperativa tem sido responsável, enquanto adjudicatária do concurso público n.º 18/2014 – para a aquisição de serviços – Gestão Corrente do Parque de Campismo da Penha – pela gestão daquele equipamento. **9.** O Parque de Campismo da Penha é um dos mais importantes equipamentos municipais de alojamento e um dos mais conhecidos parques de montanha de Portugal. **10.** Do seu *Know-How* e da forma criteriosa como aquela gestão tem vindo a ser assegurada, têm vindo a ser creditados o aumento do número de entradas e de dormidas e o grau de satisfação dos utentes que tem vindo a ser expressamente registado através de manifestações de agrado após a utilização daquele espaço. **11.** Os municípios dispõem de atribuições, nos termos das alíneas a) e e) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico das Autarquias Locais, doravante **RJAL**, nos domínios que respeitam a equipamentos urbanos e património. **12.** Pelas características singulares daquele equipamento, designadamente pela sua localização, infere-se que o mesmo é um instrumento essencial de apoio para os visitantes, turistas e peregrinos, do Santuário do Monte da Penha e, naturalmente, da cidade de Guimarães. **13.** Em que a aposta na captação pela manutenção de estadias dos visitantes, é passível de reverter proveitos aos mais variados setores da economia local. **14.** Por diversas vezes, em reuniões camarárias, foi objeto de discussão as motivações gestionárias de fazer prosseguir determinadas atribuições do Município, através de Cooperativas de Interesse Público, modelo municipal de gestão de serviços públicos cujo regime se encontra regulado por diploma autónomo ao Código Cooperativo (adiante **CCOOP**), este de aplicação supletiva: o Decreto-Lei n.º 31/84, de 21 de janeiro, doravante **DECRETO**. **15.** A Turipenha-Cooperativa de Turismo de Interesse

Público CRL mantém no seu escopo social (de acordo com a alínea b) do artigo 3.º dos seus Estatutos) a responsabilidade de “[...] desenvolver outros equipamentos Turísticos que tenham interesse para a área do Município de Guimarães ou para a Região do Vale do Ave”. **16.** O que, no caso em concreto, conjugando o seu know-how e experiência na gestão do Parque de Campismo da Penha, motiva que se integre na proposta que ora se irá submeter, a gestão do parque de campismo por parte daquela Cooperativa, sobre a qual o Município detém 83,29%, do seu capital social, exercendo, por força disso e do regime especial destas Cooperativas, vertido no **DECRETO**, uma influência dominante em razão da verificação dos requisitos constantes das alíneas a) e b) n.º 1 do artigo 19.º. **17.** Com a entrada em vigor da segunda alteração à Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto (que introduziu um novo regime jurídico para a atividade empresarial local, doravante a **LAEL**), conferida pela redação do artigo 2.º da Lei n.º 69/2015, de 16 de julho, a regulação entre os Municípios e as Cooperativas a que se refere o n.º 3 do artigo 58.º da LAEL, passou a ser instrumentalizada através da celebração de contratos programa, de acordo com o vertido no seu artigo 47.º via contrato programa. **18.** Contratos esses que devem definir detalhadamente o fundamento da necessidade do estabelecimento da relação contratual, a finalidade desta, os montantes dos subsídios à exploração, assim como a eficácia e a eficiência que se pretende atingir com a mesma, concretizando um conjunto de indicadores ou referenciais que permitam medir a realização dos objetivos setoriais. **II. DA VIABILIDADE ECONÓMICA E FINANCEIRA DA COOPERATIVA:** **1.** Com a introdução da redação conferida pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, à **LAEL**, foi clarificado que a contagem do decurso dos três anos a que se referem as alíneas a) a d) do n.º 1 do artigo 62.º, só se iniciava com o momento da entrada em vigor da Lei n.º 69/2015, momento em que a Lei n.º 50/2012



passou a aplicar-se às Cooperativas de Interesse Público em que em que as entidades públicas participantes possam exercer, de forma direta ou indireta, uma influência dominante em razão da verificação dos requisitos constantes do n.º 1 do artigo 19.º. **2.** Assim, pelo Município de Guimarães foi solicitado um estudo independente de Viabilidade Económica e Financeira (doravante **ESTUDO**), que conclui pela viabilidade económica e financeira da mencionada Cooperativa de Interesse Público, de acordo com os requisitos exigidos pela **LAEL**. **3.** Por conseguinte, a Turipenha-Cooperativa de Turismo de Interesse Público CRL não se encontra em nenhuma das situações previstas nas alíneas a) a d) do n.º 1 do artigo 62.º da **LAEL**. **4.** O **ESTUDO** referido teve em consideração os resultados dos anos anteriores, bem como uma cuidada análise sobre o sistema de contabilidade analítica da Cooperativa objeto do **ESTUDO**, que permitiu justificar, concretamente à gestão do equipamento Parque de Campismo da Penha, o apuramento do subsídio de exploração a atribuir pela diferença relativamente aos preços a praticar no desenvolvimento da atividade prestada e o preço de mercado. **5.** A condição genérica para a constituição de empresas locais é a prossecução do interesse público e a “conveniência de uma gestão subtraída à gestão direta face às especificidades técnica e material da atividade a desenvolver”. **6.** A área relacionada com a prossecução de serviços públicos como a exploração do Teleférico e do desenvolvimento de um complexo turístico de alojamento, requer um *know-how* que a organização humana do Município não detém, em especial, equipas técnicas de reconhecido mérito e qualidade essenciais aos objetivos setoriais que se pretendem atingir. **7.** A atividade em causa é de interesse geral, nos termos da **LAEL**, e integra o âmbito das atribuições do Município, nos termos das alíneas a) e e) do já supra referido n.º 2 do artigo 23.º do **RJAL**. **8.** A motivação sobre a fundamentação da externalização deste serviço numa estrutura cooperativa

mantém-se numa lógica de atuação em que a reciprocidade de atuações, também com terceiras entidades, é essencial em áreas de atividade pertencentes ao setor do turismo, sempre com a finalidade comum de prosseguir o interesse público. **9.** Esta forma de gestão corporativa, face ao seu escopo não lucrativo, é absolutamente alheia às tensões entre interesses privados lucrativos e a prossecução do interesse público, com a vantagem do Município conservar a sua veste de “ius imperium”, participação estrutural à existência desta Cooperativa enquanto Cooperativa de Interesse Público. **10.** A transferência de subsídios à exploração pelo Município para aquela Cooperativa é fundamental para que esta possa continuar a praticar os preços que estão determinados e não se pretendem alterar, pelo Regulamento de Taxas Municipais, no sentido de captar um setor mais jovem de turistas e peregrinos. **11.** A **LAEL** estipula a celebração de contratos-programa que titulam as transferências de verbas dos Municípios para as Cooperativas de Interesse Público como contrapartida das obrigações assumidas, aqui, pela já referida adoção de preços sociais. **12.** A atividade prosseguida pela Turipenha-Cooperativa de Turismo de Interesse Público CRL tem importância local e produz benefícios inequívocos relevantes para a realização do interesse público local, no setor do turismo, pelo que: **III – PROPOSTA EM SENTIDO ESTRITO DO CONTRATO-PROGRAMA COM A TURIPENHA-COOPERATIVA DE TURISMO DE INTERESSE PÚBLICO CRL:** **1.** Assente nas razões anteriormente enunciadas, e nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 47º da **LAEL**, por remissão do n.º 2 do seu artigo 50.º, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Guimarães delibere aprovar a presente proposta, concretizada na celebração de um contrato-programa entre o Município de Guimarães e a Turipenha-Cooperativa de Turismo de Interesse Público CRL. **2.** Simultaneamente, aprovar a minuta do contrato-programa e seus anexos, a



celebrar entre o Município de Guimarães e a Turipenha-Cooperativa de Turismo de Interesse Público CRL que, nos termos da alínea a) n.º 1 do artigo 48.º da **LAEL**, titula a transferência da promoção, manutenção e conservação de infraestruturas urbanísticas e gestão urbana, a qual se junta e se dá por integralmente reproduzida, sem prejuízo dos ajustamentos de redação que venham a ser tidos por necessários em função do projeto aprovado, e que já mereceu parecer prévio favorável do Revisor Oficial de Contas (que integra o Anexo III da minuta), nos termos previstos na alínea c), do nº 6 do artigo 25º do **LAEL**, bem como submeter tais documentos e seus anexos à apreciação e discussão da Assembleia Municipal de Guimarães, com vista à sua aprovação, nos termos do disposto no nº 5 do Artigo 47º da **LAEL**, por remissão do n.º 2 do seu artigo 50.º; Consequentemente, porque contido naquele contrato-programa: **1.** Aprovar que o produto proveniente da sua atividade, que inclui as taxas devidas pela utilização do Parque de Campismo da Penha constitui receita da Turipenha-Cooperativa de Turismo de Interesse Público CRL; **2.** Nos termos da al. b) do n.º 1 do artigo 18.º e do n.º 1 do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, ripristinado pela Resolução n.º 86/2011, de 11 de abril, autorizar a despesa do contrato-programa, condicionada à obtenção da autorização prévia da Assembleia Municipal. **3.** Por último, caso a presente proposta seja sancionada pelos competentes órgãos municipais, que fique desde já legitimado o Presidente da Câmara Municipal de Guimarães a outorgar o aludido contrato-programa. Anexam-se: a referida minuta, e os anexos que dele fazem parte integrante.” Os documentos acima referidos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR MAIORIA APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Adelina Paula Pinto, Ricardo Costa, Paula Oliveira e Fernando Seara de Sá. Abstiveram-se**

os Vereadores André Coelho Lima, Bruno Fernandes e Ricardo Araújo. -----

Os Vereadores Sofia Ferreira e António Monteiro de Castro não participaram na discussão e na votação da proposta por se considerarem impedidos uma vez que pertencem aos órgãos sociais da entidade, tendo-se, assim, ausentado da sala de reuniões e regressado após ter terminado a votação. -----

ENTIDADES PARTICIPADAS – PROPOSTA DE APROVAÇÃO DE CONTRATO PROGRAMA COM A COOPERATIVA DE INTERESSE PÚBLICO FRATERNA - CENTRO COMUNITÁRIO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL, C.I.P.R.L., AO ABRIGO DA LEI N.º 50/2012, DE 31 DE AGOSTO, QUE REGULA A ATIVIDADE EMPRESARIAL LOCAL E O REGIME DAS PARTICIPAÇÕES LOCAIS, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELAS LEIS N.ºS 69/2015, DE 16 DE JULHO, 7-A/2016, DE 30 DE MARÇO, 42/2016, DE 28 DE DEZEMBRO E 114/2017, DE 29/12 QUE APROVOU O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2018 – Presente a seguinte proposta: **“I. ENQUADRAMENTO PRÉVIO: 1.** Com a publicação da **Lei n.º 69/2015, de 16 de julho**, que procedeu à segunda alteração à Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que aprovou o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais (doravante, a **LAEL**), o artigo 58.º foi alterado, determinando que “[o] disposto nos capítulos III e VI aplica-se, com as devidas adaptações, às régies cooperativas, ou cooperativas de interesse público, em que as entidades públicas participantes possam exercer, de forma direta ou indireta, uma influência dominante em razão da verificação dos requisitos constantes do n.º 1 do artigo 19.º. **2.** A Cooperativa de Interesse Público Fraterna - Centro Comunitário de Solidariedade Social, C.I.P.R.L. (doravante **FRATERNA**), é uma Cooperativa de Interesse Público, constituída por iniciativa do Município de Guimarães (doravante **MUNICÍPIO**), aprovada em Assembleia Municipal de 21 de março de 1997, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 31/84, de 21 de Janeiro (adiante



DECRETO), que exerce, sobre ela, uma influência dominante por ser detentora de 88,89% dos títulos de capital. **3.** À **FRATERNA** incumbe a missão de, ao nível da promoção do desenvolvimento social, manter operacional um projeto de inclusão social, com unidades especializadas de apoio à família e uma estrutura capaz de combater a pobreza, o desemprego e outras realidades suscetíveis de provocar o desenraizamento social, bem como promover ações inclusivas com o objetivo de garantir a valorização de toda a vida humana, no Concelho de Guimarães. **4.** Com a introdução da redação conferida pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, à **LAEL**, foi clarificado que a contagem do decurso dos três anos a que se referem as alíneas a) a d) do n.º 1 do artigo 62.º, só se iniciava com o momento da entrada em vigor da Lei n.º 69/2015, momento em que os capítulos III e VI da Lei n.º 50/2012 passaram a aplicar-se às Cooperativas de Interesse Público em que as entidades públicas participantes possam exercer, de forma direta ou indireta, uma influência dominante em razão da verificação dos requisitos constantes do n.º 1 do artigo 19.º. **5.** Pelo que, com a introdução daquele preceito, ficou clara a revogação, ainda que tácita, do supra mencionado n.º 2 do artigo 2.º do **DECRETO**, uma vez as disposições legais relativas à participação, administração, intervenção e fiscalização das empresas participadas pelo Estado passaram a aplicar-se àquelas Cooperativas de Interesse Público, ainda que com as devidas adaptações. **6.** E, por conseguinte, a obrigação do cumprimento e observância dos rácios referidos nas alíneas a) a d) do n.º 1 do artigo 62.º da LAEL. **II. DA VIABILIDADE ECONÓMICA E FINANCEIRA DA COOPERATIVA:** **1.** A atividade principal da **FRATERNA** está diretamente relacionada com o setor ligado à prestação de serviços na área da ação social. **2.** Com a alteração introduzida pela Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, que aprovou o Orçamento de Estado para o ano de 2017, o legislador alargou às empresas locais que

exercem, a título principal, as atividades de gestão de equipamentos e prestação de serviços na área da ação social, a inaplicabilidade do cumprimento dos rácios previstos nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 62.º da LAEL. **3.** Atenta a referida alteração legislativa, o Município de Guimarães solicitou um estudo independente de Viabilidade Económica e Financeira, que apresentou à aprovação deste órgão e concluía pela viabilidade económica e financeira da mencionada Cooperativa de Interesse Público, de acordo com os requisitos exigidos pela **LAEL**, que se mantém. **4.** A **FRATERNA** tem vindo a aprimorar a sua atuação e a liderar equipas técnicas a quem se reconhece o mérito e a qualidade na prossecução dos objetivos definidos. **5.** A atividade em causa é de interesse geral, nos termos da **LAEL**, e integra o âmbito das atribuições do Município, nos termos da alínea h) do já supra referido n.º 2 do artigo 23.º do **Regime Jurídico das Autarquias Locais**. **6.** A forma de gestão corporativa nesta área específica de atuação, face ao seu escopo não lucrativo, é de absoluta conveniência, por alheia às tensões entre quaisquer interesses privados lucrativos e a prossecução do interesse público, com a vantagem do Município conservar a sua veste de “ius imperium”, participação estrutural à existência desta Cooperativa enquanto Cooperativa de Interesse Público. **7.** A transferência de verbas do Município para aquela Cooperativa é fundamental para que esta possa continuar a desenvolver a sua atividade aos preços sociais pela venda dos serviços que presta aos seus utilizadores por imposição do Município e que se prende com as suas obrigações de serviço público. **8.** A **LAEL** estipula a celebração de contratos-programa que titulam as transferências de verbas dos Municípios para as Cooperativas de Interesse Público como contrapartida das obrigações assumidas, aqui, pela já referida adoção de preços sociais. **9.** A atividade prosseguida pela **FRATERNA** tem um impacto local social significativo e produz benefícios inequívocos relevantes para a



realização do interesse público local. **III – PROPOSTA EM SENTIDO ESTRITO DO CONTRATO-PROGRAMA COM A COOPERATIVA FRATERNA - CENTRO COMUNITÁRIO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL, C.I.P.R.L.:** **1.** Assente nas razões anteriormente enunciadas, e nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 47º da **LAEL**, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Guimarães delibere aprovar a presente proposta, concretizada na celebração de um contrato-programa entre o Município de Guimarães e a Cooperativa de Interesse Público Fraterna - Centro Comunitário de Solidariedade Social, C.I.P.R.L. **2.** Simultaneamente, aprovar a minuta do contrato-programa e seus anexos, a celebrar entre o Município de Guimarães e a Cooperativa de Interesse Público Fraterna - Centro Comunitário de Solidariedade Social, C.I.P.R.L. que, nos termos do n.º 1 e 2 do artigo 47º da **LAEL**, titula a transferência da “Promoção e gestão de equipamentos coletivos e prestação de serviços na área da ação social”, a qual se junta e se dá por integralmente reproduzida, sem prejuízo dos ajustamentos de redação que venham a ser tidos por necessários em função do projeto aprovado, e que já mereceu parecer prévio favorável do Revisor Oficial de Contas (que integra o Anexo IV da minuta), nos termos previstos na alínea c), do nº 6 do artigo 25º do **LAEL**, bem como submeter tais documentos e seus anexos à apreciação e discussão da Assembleia Municipal de Guimarães, com vista à sua aprovação, nos termos do disposto no nº 5 do Artigo 47º da **LAEL**. Consequentemente, porque contido naquele contrato-programa: **3.** Aprovar que o produto proveniente da atividade da Fraterna - Centro Comunitário de Solidariedade Social, C.I.P.R.L, que inclui as taxas devidas pela utilização do auditório constitui sua receita; **4.** Nos termos da al. b) do n.º 1 do artigo 18º e do n.º 1 do artigo 23º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, repristinado pela Resolução n.º 86/2011, de 11 de abril, autorizar a despesa do contrato-programa, condicionada à obtenção da autorização prévia da

Assembleia Municipal, para a assunção de compromissos plurianuais de acordo com a seguinte repartição de encargos: Ano 2018 = €404.995,00 (quatrocentos e quatro mil, novecentos e noventa e cinco euros); Ano 2019 = € 76.380,05 (setenta e seis mil, trezentos e oitenta euros e cinco cêntimos). 5. Por último, caso a presente proposta seja sancionada pelos competentes órgãos municipais, que fique desde já legitimado o Presidente da Câmara Municipal de Guimarães a outorgar o aludido contrato-programa. Anexam-se: a referida minuta e os quatro anexos que dele fazem parte integrante.” Os documentos acima referidos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR MAIORIA APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Adelina Paula Pinto, Ricardo Costa, Paula Oliveira, Fernando Seara de Sá e Sofia Ferreira. Abstiveram-se os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Bruno Fernandes e Ricardo Araújo.** -----

ENTIDADES PARTICIPADAS – TECMINHO - DESIGNAÇÃO DO REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES – Presente a seguinte proposta: “Considerando a distribuição de funções e correspondentes competências delegadas nos Vereadores em regime de tempo inteiro por meu despacho de 19 de outubro de 2017, torna-se necessário designar o novo representante do Município na TECMINHO – Associação Universidade Empresa para o Desenvolvimento, onde o Município de Guimarães, nos termos da deliberação do Conselho Diretivo da AMAVE (Associação de Municípios do Vale do Ave) de 19/12/2017, foi designado Segundo Vogal da respetiva Direção. Assim, ao abrigo do disposto na alínea oo), do nº 1, do art.º 33.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, proponho a designação do Presidente desta Câmara Municipal, **Domingos Bragança Salgado**, como representante do Município de Guimarães na Direção da



TECMINHO – Associação Universidade Empresa para o Desenvolvimento.”
DELIBERADO POR ESCRUTÍNIO SECRETO E MAIORIA APROVAR, com seis votos a favor e quatro em branco. -----

ENTIDADES PARTICIPADAS – CENTRO DE ARBITRAGEM E CONFLITOS DE CONSUMO DO VALE DO AVE - TRIBUNAL ARBITRAL - DESIGNAÇÃO DO REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES – Presente a seguinte proposta: “Considerando a distribuição de funções e correspondentes competências delegadas nos Vereadores em regime de tempo inteiro por meu despacho de 19 de outubro de 2017, torna-se necessário designar o novo representante do Município no Centro de Arbitragem e Conflitos de Consumo do Vale do Ave/Tribunal Arbitral, onde o Município de Guimarães, nos termos da deliberação do Conselho Diretivo da AMAVE (Associação de Municípios do Vale do Ave) de 19/12/2017, foi designado Presidente do respetivo Conselho de Administração. Assim, ao abrigo do disposto na alínea oo), do nº 1, do art.º 33.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, proponho a designação de **João Miguel Castro Oliveira**, Adjunto do Gabinete de Apoio à Presidência, como representante do Município de Guimarães no Conselho de Administração do Centro de Arbitragem e Conflitos de Consumo do Vale do Ave/Tribunal Arbitral.” **DELIBERADO POR ESCRUTÍNIO SECRETO E MAIORIA APROVAR, com seis votos a favor e quatro em branco.** -----

TRÂNSITO – ALTERAÇÃO DE TRÂNSITO NA RUA DO PINHEIRO - FREGUESIA DA COSTA – Presente a seguinte proposta: “Pelo presente se submete à apreciação Camarária a alteração ao trânsito na freguesia de Costa, conforme postura em anexo, aprovada pela Junta e Assembleia de Freguesia. A proposta visa a criação de condições de segurança e ordenamento da circulação de trânsito de carácter residencial, decorrente da construção da ciclovia no traçado da linha férrea desativada, atenta a largura

da faixa de rodagem apenas comportar um único sentido de trânsito.” A planta com a alteração ao trânsito e as atas dos órgãos executivo e deliberativo da freguesia da Costa dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR MAIORIA APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Adelina Paula Pinto, Ricardo Costa, Paula Oliveira, Fernando Seara de Sá e Sofia Ferreira. Votaram contra os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Bruno Fernandes e Ricardo Araújo. -----

EDUCAÇÃO - ATRIBUIÇÃO DE APOIO À ASSOCIAÇÃO BANDEIRA AZUL DA EUROPA (ABAE) – SEMINÁRIO NACIONAL ECO-ESCOLAS 2018 – Presente a

seguinte proposta: “A Associação Bandeira Azul da Europa (ABAE) é uma organização não governamental para o ambiente de âmbito nacional, que entre outras atividades, coordena os programas internacionais Jovens Repórteres para o Ambiente, Bandeira Azul, Municípios ECOXXI, Green Key e o Eco-Escolas. O Seminário Nacional Eco-Escolas realizou-se este ano, entre os dias 26 e 28 de janeiro de 2018, em Guimarães, no Centro Cultural Vila Flor, entre outros espaços do Concelho e contou com a participação de mais de 450 professores a nível nacional. Neste Seminário foram debatidas questões essenciais relacionadas com a Educação para a Sustentabilidade Ambiental, havendo lugar à oportunidade de partilha de boas práticas e atividades pedagógicas. O Seminário Nacional Eco-Escolas realiza-se anualmente, em diferentes cidades, ocorrendo pela primeira vez em Guimarães. Sob a égide da ABAE, é considerado um evento de elevada relevância no panorama educativo e ambiental, reconhecida pelo Ministério da Educação e pela Agência Portuguesa do Ambiente. O Seminário Eco-Escolas, ação certificada, contribui para a atividade formativa no percurso profissional dos Professores. A organização deste Seminário contou com a



estreita articulação do Município e do Laboratório da Paisagem. Desta forma, considerando a estratégia e a visão “Guimarães Mais Verde”, adotada pelo Município, assumida através da sua candidatura a Capital Verde Europeia 2020, bem como as ações inseridas no programa de educação para a sustentabilidade ambiental – PEGADAS – propõe-se atribuição do apoio à Associação Bandeira Azul da Europa, no valor de €18.000,00, a fim de suportar as despesas relacionadas com a ocupação de espaços (Centro Cultural e Palácio Vila Flor), alimentação (coffee-breaks, jantar de boas-vindas e almoços), animação cultural e inscrição no Seminário dos Coordenadores Eco-Escolas do Concelho de Guimarães. Mais se solicita que seja dado apoio logístico com custos indiretos, respeitante à reserva do autocarro do município para o dia 26 de janeiro, entre as 19h00 e as 00h00, visita turística ao Centro Histórico disponibilizando os serviços de turismo, entradas para Visita à Casa da Memória, no dia 28 de janeiro, disponibilização de uma viatura com motorista para o transporte de oradores, no dia 26 de janeiro, bem como apoio na instalação, montagem e desmontagem dos respetivos workshops e painéis, conforme programa em anexo. Desta forma, considerando a importância que o acolhimento e a coorganização que esta iniciativa acarretou para Guimarães, num ano crucial para o projeto Guimarães Mais Verde, submete-se para ratificação do executivo a atribuição de um apoio no valor de €18.000,00 (dezoito mil euros) correspondendo à logística decorrente das atividades realizadas.” O programa dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. A Vereadora Adelina Paula Pinto comunicou que se suscitavam dúvidas, ainda não esclarecidas, sobre se estaria ou não impedida de votar a presente proposta em virtude de pertencer aos órgãos sociais da Cooperativa Oficina, entidade responsável pela gestão do Auditório do Centro Cultural**

Vila Flor, pelo que informou que não iria participar na discussão e na votação da proposta, tendo-se, assim, ausentado da sala de reuniões e regressado após ter terminado a votação. -----

EDUCAÇÃO – DÉBITOS PELO FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES – Presente a seguinte proposta: “Os Agrupamentos de Escolas de Fernando Távora e Mário Cardoso, no âmbito do processo de monitorização dos débitos pelo fornecimento de refeições vêm solicitar à autarquia apoio para a resolução de algumas situações para as quais não é possível proceder à cobrança dos montantes em débito por ser desconhecido o paradeiro do agregado familiar, e por vulnerabilidade económica do agregado familiar, sendo que nesta última situação o agrupamento de escolas, nos termos da alínea b), do n.º 6, do artigo 11.º, do Despacho n.º 8452-A/2015, de 31 de julho, que regula as condições de aplicação das medidas de ação social escolar, tem a possibilidade de promover administrativamente a atribuição das condições que conferem o direito aos benefícios previstos naquele despacho, designadamente a isenção para efeitos de alimentação. Perante o exposto, e à semelhança de idênticas situações, propomos, nos termos da alínea ee) e hh), do n.º 1, do artigo 33º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro a anulação dos débitos respeitantes aos alunos: 1. Hélder André Cruz Mendes, no valor de €83, Nuno Carlos Peixoto Pereira, no valor de €196,37 e Leonor Manuela Castro Freitas, no valor de 194,18; por se desconhecer o paradeiro dos respetivos agregados familiares, o que inviabiliza a cobrança dos respetivos débitos. 2. Luna Gabriela Faria Pinto Salvador, no valor de €114,61; e Eva Filipa Pinto Salvador, no valor de €35,77, por vulnerabilidade económica, tendo o AE onde os alunos estão matriculados já procedido à alteração de escalão de ação social, de modo a evitar que os valores em dívida continuem a acumular-se. À consideração superior.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**



**AÇÃO SOCIAL – ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DAS
COMUNIDADES LOCAIS - CONTINUIDADE DE PROJETOS SOCIAIS - PROJETO**

“ENTÃO VAMOS” – Presente a seguinte proposta: “Na sequência dos resultados da implementação de projetos no âmbito do orçamento participativo, a Câmara Municipal garantiu a continuidade de cinco projetos, nomeadamente a do projeto **“Então Vamos”**. Este projeto, implementado na Comissão Social Interfreguesias (CSIF) de Vale de S. Torcato (freguesias de S. Torcato, Gonça, Aldão e Uniões de Freguesia Arosa/Castelões, Selho S. Lourenço/Gominhães e Atães/Rendufe) tem como principal objetivo combater o isolamento social dos idosos e de pessoas com incapacidade, através da dinamização de atividades pelas artes performativas, privilegiando o património pessoal, social, cultural e comunitário, promovendo o envelhecimento e cidadania ativa e a inclusão social. Para o efeito, contou com a colaboração de uma equipa constituída por duas técnicas: uma psicóloga e uma formadora de teatro. Volvidos quase três anos de execução, o projeto evidenciou um importante impacto na comunidade: recriação de uma Radionovela com a apresentação de 3 episódios, recriação de mais três peças de teatro: “Ai Portugal, Portugal”, “As tardes da Titi” e “Vem ao Baile”, tendo sido efetuadas mais de 53 sessões de formação artística e 15 apresentações em itinerância quer pelas freguesias que compõem a CSIF quer por outras freguesias do concelho, envolvendo 21 idosos voluntários. Para além destas recriações artísticas, foram realizadas 160 visitas aos domicílios dos idosos mais isolados do Vale de S. Torcato. Estas atividades mobilizaram mais de 1190 idosos e contaram também com a colaboração de 30 parceiros. Considerando que o carácter inovador deste projeto, que oferece respostas adequadas para estas populações, atendendo às características e especificidades deste território, a sua continuidade afigura-se essencial para garantir uma maior qualidade de

vida a estas populações. Assim, comprovados os requisitos expressos no artigo 6º do Regulamento do Apoio às Instituições de Solidariedade Social (Reg. 607/2010, de 15 de julho), e em reconhecimento do interesse deste serviço para a comunidade, propõe-se a atribuição de um subsídio no valor de €30.200,00 (trinta mil e duzentos euros) à Associação para o Desenvolvimento das Comunidades Locais, correspondente ao período de 03 de janeiro de 2018 a 2 de janeiro de 2019, nos termos da minuta do protocolo em anexo, de modo a ser garantida a continuidade dos recursos humanos afetos a este projeto. À consideração superior.” A minuta do protocolo dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

AÇÃO SOCIAL – ASSOCIAÇÃO JOVIDÉM - JOVENS DE PEVIDÉM - CONTINUIDADE DO PROJETO SOCIAL “TABU” – Presente a seguinte proposta: “Na sequência da 1.ª edição do Orçamento Participativo decorrida no ano de 2013, foram realizados sete projetos de cariz social que se revelaram do maior interesse para o desenvolvimento das comunidades onde estão inseridos. O “Projeto Tabu”, implementado na Comissão Social Interfreguesias (CSIF) de Vale do Selho (freguesias de Selho S. Jorge, Candoso S. Martinho, Gondar e Selho S. Cristóvão), teve como principal objetivo a informação e sensibilização da comunidade no combate à violência de género, através da dinamização de atividades pelas artes performativas. Após quase três anos de execução, de setembro de 2014 a janeiro de 2017, o projeto revelou-se de grande impacto na comunidade pelos resultados que apresentou: 144 ensaios gerais que resultaram na recriação de duas peças de teatro compostas por vários monólogos baseados em casos reais de violência de namoro, que contaram com mais de 35 jovens participantes. Este projeto já mobilizou mais de 30 parceiros para a realização de 16 atividades e apresentações solicitadas por diversas



entidades, nomeadamente escolas básicas e secundárias. Para além disto, desenvolve uma oficina de teatro junto do grupo de idosos integrados no projeto social Candoso Ativo, tendo já recriado 2 comédias. Para o efeito, conta com a colaboração de três técnicos, um responsável pelo sistema de som e luzes, e dois para toda a encenação e recriação dos monólogos/ peças de teatro. Estes resultados refletem um envolvimento significativo dos jovens e dos agentes locais, permitindo uma eficaz rentabilização e partilha de recursos. Considerando o caráter inovador deste projeto e o seu contributo para a elaboração do Plano Municipal para a Igualdade de Género e para o desenvolvimento de oficinas em contexto escolar de sensibilização para a violência no namoro, a sua continuidade afigura-se essencial. Assim, comprovados os requisitos expressos no artigo 6º do Regulamento do Apoio às Instituições de Solidariedade Social (Reg. 607/2010, de 15 de julho), e em reconhecimento do interesse deste serviço para a comunidade, propõe-se a atribuição de um subsídio no valor de €35.600,00 (trinta e cinco mil e seiscientos euros) à Associação Jovidém - Jovens de Pevidém, correspondente ao período de 12 meses (29 de março 2018 a 28 de março de 2019), nos termos da minuta do protocolo que se anexa, de modo a garantir os recursos humanos afetos a este projeto. À consideração superior.” A minuta do protocolo dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

AÇÃO SOCIAL – LIGA PORTUGUESA CONTRA O CANCRO – NÚCLEO REGIONAL NORTE - PEDIDO DE CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte proposta: “A Liga Portuguesa Contra o Cancro – Núcleo Regional Norte, solicitou a colaboração do município através da cedência de um autocarro para efetuar o transporte de algumas senhoras, de forma a realizar consulta de aferição do cancro da mama, nos dias 14 e 28 de

fevereiro no Porto. Considerando que, se trata de duas deslocações que visam o rastreio do cancro da mama promovido pela Liga Portuguesa Contra o Cancro e não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho datado de 23 de janeiro de 2018, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães a atribuição deste tipo de apoios, submete-se à aprovação do Executivo Camarário o transporte solicitado.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

AÇÃO SOCIAL - COMPARTICIPAÇÃO NAS DESPESAS RESPEITANTES A RAMAIS DE ÁGUA E SANEAMENTO E RESPETIVAS TARIFAS DE LIGAÇÃO - REGULAMENTO MUNICIPAL PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE – Presente a seguinte proposta: “Foram apresentadas na Divisão de Ação Social algumas candidaturas para efeitos de comparticipação em despesas referentes a ramais de água e saneamento e respetivas tarifas de ligação. Após análise destas candidaturas e subsequente estudo socioeconómico efetuado pelos nossos serviços apresentam-se, de seguida, os principais resultados desta avaliação, bem como os valores respetivos das comparticipações a atribuir: -----

Nº Processo	Freguesia	Idade	Género	Rendimento <i>Per Capita</i>	Valor a apoiar
132433508/12	Candoso S. Tiago	72	M	€192,13	€1.000,00
187963509/12	Tabuadelo	44	M	€121,05	€1.000,00
132828880/12	Aldão	66	M	R. D. Negativo	€850,34
137004990/12	Aldão	53	M	€29,13	€1.000,00
142801232/12	Rendufe	55	M	€78,74	€1.000,00
142156035/12	Mesão Frio	68	F	€121,90	€946,18
193780240/12	Figueiredo	39	F	€22,21	€1.000,00

Comprovada a precariedade económica dos agregados familiares, bem como as restantes condições previstas no Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade, que se enquadram no



consignado no artigo 33.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, submete-se, para aprovação, a atribuição de um subsídio, aos requerentes, no valor total de **€6.796,52** (seis mil setecentos e noventa e seis euros e cinquenta e dois cêntimos) ao abrigo da alínea b) do art.º 2.º do referido Regulamento.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

CULTURA – PRÉMIO CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES PARA O MELHOR ALUNO DA UNIVERSIDADE DO MINHO – ANO LETIVO 2016/2017 –

Presente a seguinte proposta: “Em conformidade com a revisão do regulamento aprovada pela Câmara Municipal na sua reunião de 4 de dezembro de 2008, recebemos da Universidade do Minho a indicação do aluno a beneficiar do prémio, em 2018, relativo ao ano letivo 2016/2017. Trata-se de Válder Jorge Brás Mário que, tendo concluído o 1º Ciclo de Mestrado Integrado em Engenharia Eletrónica Industrial e Computadores com a classificação de 18,098 valores, foi considerado o melhor aluno dos cursos de 1º ciclo lecionados no Polo de Guimarães da Universidade do Minho. Assim, em conformidade com o referido regulamento, proponho a atribuição do prémio de €1.000,00 (mil euros) ao estudante supra identificado.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

CULTURA - FEIRA AFONSINA 2018 – ALTERAÇÃO DAS NORMAS DE PARTICIPAÇÃO – Presente a seguinte proposta: “Sob o tema “O Tratado de

Zamora”, a edição de 2018 da Feira Afonsina retratará um período de apaziguamento entre D. Afonso Henriques e o Imperador Afonso VII, Rei de Leão e seu primo. Representa, também, um ponto de viragem no modo como D. Afonso Henriques passa a figurar entre os seus pares: doravante usará o título de Rei, atribuído pelo Rei de Leão através do tratado que resultou do encontro, em Zamora, nos dias 3 e 4 de outubro de 1143. Associada a esta alteração está a configuração de um novo estatuto do território. Contando com a mediação do Cardeal Guido de Vico, legado do

Papa, D. Afonso Henriques aceita o seu novo Estado. Porém, uma das condições era a de continuar a prestar vassalagem a seu primo. Não sendo esta imposição do seu agrado, o Rei Português apressa-se a enfeudar o novo Reino à Santa Sé. A fixação de novos horários de abertura e encerramento, a atualização dos valores de participação de mercadores privados e associações na área de artesanato da praça de S. Tiago e do Largo da Oliveira e a necessidade de fixar e delimitar de forma mais clara os locais de instalação de mercadores e produtores alimentares estão na origem da proposta de alterações às normas de participação deliberadas em 2 de fevereiro de 2017, cuja aprovação se ora se propõe. Juntam-se, em anexo, as três tipologias de normas a alterar.” As referidas normas dão-se aqui por reproduzidas e ficam arquivadas em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

CULTURA - LIONS CLUBE DE GUIMARÃES - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PARA APOIO À EDIÇÃO DE "100 ANOS DE LIONISMO" – Presente a seguinte proposta: “O Lions Clube de Guimarães está inserido no Movimento Lions Internacional, cujo tema "Nós Servimos" é apanágio da sua ação de serviço às comunidades onde se radica. No passado dia 27 de maio de 2017 comemoraram em Guimarães, com vários eventos, o centenário internacional do Lionismo. Nesta efeméride, o Lions Clube de Guimarães apresentou o livro "100 ANOS DE LIONISMO NO MUNDO", que relata o historial das extensas e marcantes atividades da entidade nos seus 47 anos de atividade social e solidária ininterrupta no concelho de Guimarães, livro que foi objeto de apresentação pública. Tendo a referida edição importado em €8.800,00, os seus responsáveis referem não dispor o Lions Clube de Guimarães dos meios que lhe permitam fazer face aos referidos custos na íntegra, solicitando à Câmara Municipal de Guimarães uma comparticipação financeira através da aquisição de 250 livros ao preço nominal de €20,00



perfazendo a quantia de €5.000,00. Deste modo, atendendo ao carácter solidário, voluntário e ininterrupto da ação do Lions Clube de Guimarães no Concelho e ao interesse público de que se reveste a edição em livro da ação desenvolvida ao longo dos últimos 47 anos, proponho a aquisição de 250 exemplares da obra "100 Anos de Lionismo" ao preço nominal de €20,00 perfazendo a quantia de €5.000,00." **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

CULTURA – PRÉMIO VICTOR DE SÁ DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA 2017 - PAGAMENTO DO APOIO MECENÁTICO – Presente a seguinte proposta:

“Vem o Conselho Cultural da Universidade do Minho informar que o Júri do Prémio Victor Sá de História Contemporânea - 2017 deliberou atribuir o Prémio à Doutora Cláudia Sofia Ninhos da Fonseca, com a obra intitulada, “Para que Marte não afugente as Musas” - A política Cultural Alemã em Portugal e o Intercâmbio Académico (1933-1945). O júri deliberou ainda atribuir uma Menção Honrosa ao Doutor José Pedro Pinto Monteiro, com a obra intitulada “A internacionalização das políticas laborais "indígenas" no império colonial português (1944-1962)”. Sendo a Câmara Municipal de Guimarães uma das Instituições Mecenas que tem permitido manter este Prémio, solicitam o pagamento do apoio mecenático anteriormente fixado, no montante de €1.000,00. Considerando o inquestionável interesse público de que se reveste o referido prémio, proponho que a Câmara Municipal delibere, ao abrigo do nº 6 do artigo 2º do Regulamento n.º 606/2010, atribuir ao Conselho Cultural da Universidade do Minho um subsídio de €1.000,00, destinado a participar no Fundo Mecenático de apoio ao Prémio Victor de Sá de História Contemporânea 2017.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

DESPORTO – GRUFC (GUIMARÃES RUGBY UNION FOOTBALL CLUB) - PEDIDO DE CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte proposta: “O

GRUFC (Guimarães Rugby Union Football Club) solicitou a colaboração do município através da cedência de um autocarro para efetuar o transporte da equipa sénior, no dia 24 de fevereiro, a Moita da Anadia e no dia 17 de março a Caldas da Rainha. Considerando que se trata de duas deslocações que visam a participação da equipa nas 15ª e 17ª jornadas do Campeonato Nacional e não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho datado de 23 de janeiro de 2018, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães a atribuição deste tipo de apoios, submete-se à aprovação do Executivo Camarário o transporte solicitado.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

DIVERSOS - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO NÚCLEO DE ESTUDANTES DE ENGENHARIA E GESTÃO INDUSTRIAL DA UNIVERSIDADE DO MINHO - NEEGIUM - EVENTO TIMES SEMIFINAL – Presente a seguinte proposta: “O **TIMES** é a maior competição de casos estudo para alunos de Engenharia e Gestão Industrial da Europa. Conta com cerca de 350 equipas por ano, o que equivale a mais de 1400 estudantes a participar, vindos de toda a Europa. A competição é dividida em 3 fases: As “*Local Qualifications*”: que se realizam em cada universidade, sendo apenas os alunos locais a participar. As Semifinais: onde as melhores equipas das LQ são enviadas para uma universidade de um grupo já predefinido. A Final: onde as melhores equipas lutam pelo título de Engenheiros de Gestão Industrial do Ano. A Semifinal Europeia na Universidade do Minho será organizada entre os dias 20-24 de fevereiro de 2018 contando com 8 universidades, 32 jovens - Porto, Sevilha, Coimbra, Istambul, Grenoble, Gothenburg e Zagreb. Associadas ao evento estão as empresas **parceiras como a Amazon e a Latino Group**. O NEEGIUM, será o responsável pela organização de todo o evento, solicitando o apoio da Câmara Municipal de Guimarães para fazer face às despesas. Em



contrapartida será possível uma apresentação da Câmara durante o evento, bem como a presença do seu logótipo no material promocional do evento que circulará nas universidades que virão à Semifinal. Assim, tendo em conta o interesse da realização desta iniciativa para a cidade e concelho, propõe-se nos termos da alínea 1, do art.º 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a atribuição de um subsídio no valor de €640,00.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATA EM MINUTA. -----

-----**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

De seguida, o Presidente da Câmara deu a palavra aos cidadãos que se inscreveram para intervir no final da reunião. -----

Pedro Dias Ferreira – Disse representar a Empresa Rodrigues & Camacho, Construções, SA, referindo uma notícia vinda a público no dia 31 de janeiro no jornal “Comércio de Guimarães” sobre a retirada de uma proposta durante a reunião do executivo camarário realizada no passado dia 25 de janeiro tendo em vista a emissão de certidão de interesse municipal para efeitos de instrução de pedido de "Ações de relevante interesse público" junto da Entidade Regional da Reserva Agrícola Nacional (RAN) e futuro licenciamento da transferência da sede da empresa Rodrigues & Camacho, Construções, SA, da Rua 25 de Abril, Silhares, para o terreno sito no Lugar de Pontes de Cima e de Baixo, freguesia de Brito. Assim, explicou o projeto e o seu contido impacto, do ponto de vista urbanístico, na localidade em questão, pretendendo-se a construção de uma sede social para instalação dos serviços administrativo e técnico. Referiu o investimento já realizado na aquisição do espaço para onde pretendem a deslocalização, bem como a importância da revitalização ambiental dessa área, outrora uma quinta fértil de produção agrícola que a construção da A11 esventrou dos seus recursos

hídricos. Disse, ainda, que a zona de estacionamento dos veículos ligeiros e pesados será protegida por vegetação abundante por forma a minimizar os constrangimentos visuais que possa causar. Por último, solicitou que a Câmara Municipal não impeça o crescimento e o desenvolvimento desta empresa, enaltecendo as preocupações de natureza ambiental e urbanística subjacentes ao seu espírito empresarial. -----

Alfredo Pereira – Disse ser morador nas proximidades da rotunda de Mouril, referindo as difíceis condições de saída e entrada dos carros na sua habitação trazendo muitos problemas, inclusive causando acidentes. Referiu o processo relativo à construção da rotunda de Mouril, as conversações mantidas com o diretor do Departamento de Urbanismo da Câmara Municipal, Arq.º Filipe Fontes, e o Presidente da Câmara, na altura Vice-Presidente da Câmara. Lembrou que a execução da rotunda de Mouril não permitia, na altura, as manobras por parte de veículos longos, tendo o adjudicatário da obra solicitado a cedência de uma parcela de terreno que constituía parte integrante do logradouro da sua casa para ocupação da rotunda e passeios para peões, com permuta de um outro terreno, situado entre o muro de sua casa e a rotunda, lamentando que, até ao momento, ninguém tivesse assumido os custos que esta permuta lhe trouxe, designadamente com a recolocação de muros e gradeamento e que os passeios ainda não estejam executados. Referiu, ainda, um problema causado pela eliminação de aquedutos que recebiam as águas pluviais da rua da Agrela, acumulando-se a água e os resíduos junto da entrada de sua casa. Disse ser compreensivo e colaborador apelando também à razoabilidade dos outros intervenientes neste processo, perguntando, assim, para quando a resolução destes problemas. -----

Silvina Martins – Disse ser uma cidadã residente na freguesia de Silves há cerca de 50 anos e atenta aos problemas e necessidades desta comunidade,



apontando alguns problemas que reclamam resolução. Neste contexto, disse ser urgente a construção de uma nova casa mortuária, dignificando este espaço, adaptado a todos, referindo também a importância de se respeitar todas as crenças e religiões. Referiu, também, a necessidade de alargar a rede de saneamento básico na freguesia, para maior segurança da população. De seguida, disse ser de extrema importância a execução do desnivelamento do nó da autoestrada, lembrando as longas filas de trânsito que se formam na entrada e na saída da autoestrada. Por último, apelou à sensibilização para a requalificação da envolvente da Igreja, referindo também a necessidade de garantir a segurança deste espaço. -----

Padre Samuel – Disse estar há 12 anos nesta comunidade de Silves, com muito orgulho e estima, tendo agradecido a realização da reunião descentralizada nesta Freguesia. Referiu o conjunto de melhorias que estão previstas para o centro cívico no que concerne à mobilidade e ao bem-estar da população que usufrui daquele espaço, desejando que estas intervenções possam delinear um futuro promissor para esta comunidade. -----

Filipe Faria - Em representação da Associação de Pais EB1/JI Teixugueira, disse congratular-se pelas obras que estão projetadas para a Escola. Referiu, neste âmbito, a importância de garantir a segurança no acesso, considerando que o portão faceia com a estrada, sem existência de passeio.

Filipe Marques - Em representação do Agrupamento 456 do Corpo Nacional de Escutas, agradeceu a presença da Câmara Municipal, tendo solicitado a disponibilização de um espaço para as atividades dos escuteiros. Disse que em tempos não houve o cuidado de criar condições de fixação da população neste território, faltando disponibilidade de terrenos para construção de habitações na freguesia para que as famílias aqui se possam instalar. Referiu, também, a necessidade de alargar a rede de saneamento básico na freguesia, bem como de aproveitar as vantagens que a proximidade do Rio

Ave poderá trazer para o lazer e para a prática desportiva. -----

Presidente da Câmara – Agradeceu as intervenções e esclareceu o seguinte:

a) – Quanto à intervenção de Pedro Dias Ferreira disse que o processo vai ser oportunamente submetido ao executivo camarário. Sobre este assunto o Presidente da Câmara passou a palavra ao **Vereador Bruno Fernandes** (que previamente solicitou), que esclareceu as razões que o levaram à intervenção que fez na última reunião face às explicações que lhe foram transmitidas para a emissão de declaração de utilidade pública. Assim, disse ser seu entendimento que a declaração de relevante interesse público deve ser emitida quando não haja qualquer outra alternativa para instalação, seja de uma empresa, seja de uma habitação. Considerou que o enquadramento técnico apresentado fragilizava o processo para emissão de certidão de interesse público. Na sequência, o Presidente da Câmara passou a palavra ao **Vereador Fernando Seara de Sá** que disse que os fundamentos apresentados pelo Vereador Bruno Fernandes distorcem a realidade e que o assunto será oportunamente debatido em reunião de Câmara; **b)** - Sobre a situação da habitação de Alfredo Pereira, confirmou que a situação não era simples de resolver, mas que terá de ser feito algo para que este problema seja mitigado; **c)** – Quanto às preocupações apresentadas por Silvina Martins, disse que entroncam com as apreensões referidas pelo Padre Samuel e por Filipe Marques. Acrescentou que o projeto da requalificação do centro cívico está a ser elaborado pela Arq.^a Teresa Costa e terá em conta os aspetos estético e funcional, esperando vir a tornar-se num ponto de encontro dos Silvarenses. Informou, ainda, que a execução da obra de desnivelamento do nó de Silvares da autoestrada não é da competência da Câmara Municipal, esclarecendo que se tal competência fosse municipal a intervenção já estaria realizada há muito tempo. Acrescentou que só o trabalho em cooperação com a Infraestrutura de Portugal, SA, para a



construção da via do Avepark permitiu que se conseguisse, também, o desnivelamento do nó de Silvares da autoestrada; **d)** – No que respeita às questões apresentadas pelo representante da Associação de Pais da EB1/JI Teixugueira disse que a requalificação do edifício será seguida da implementação de medidas de segurança rodoviária nas imediações da escola; **e)** – Quanto à intervenção de Filipe Marques disse que Silvares tem um espaço verde excecional, o Parque de Ardão, e que a ecovia foi pensada para proteger o rio pois só se preserva o que pode ser fruído, admirado e utilizado. Concordou que Silvares, estando integrada na cidade, possa preservar o sentido de identidade e de pertença de uma comunidade, sendo importante uma boa política de gestão e de planeamento e ordenamento do território. -----

PELAS TREZE HORAS E QUARENTA E CINCO MINUTOS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ATA. -----